

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

**O COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS DAS MODALIDADES DE
CRÉDITO DE RECURSOS LIVRES NO BRASIL: Uma análise no
período de março 2011 a fevereiro 2013.**

**FRANCA
2013**

ALAN MARLON APARECIDO FORNAZIER

**O COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS DAS MODALIDADES DE
CRÉDITO DE RECURSOS LIVRES NO BRASIL: Uma análise no
período de março 2011 a fevereiro 2013.**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Elvisney Aparecido
Alves

FRANCA

2013

ALAN MARLON APARECIDO FORNAZIER

**O COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS DAS MODALIDADES DE
CRÉDITO DE RECURSOS LIVRES NO BRASIL: Uma análise no
período de março 2011 a fevereiro 2013.**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Franca, 20 de outubro de 2013

Orientador: _____

Nome: Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): _____

Nome: Prof. Ms. Marcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): _____

Nome: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio depositada em mim durante todos estes anos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- aos meus amigos, parentes e familiares por me compreenderem nos momentos de ausência.
- ao meu orientador, o prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves, por acreditar e apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto; e
- Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde, força e perseverança na busca pelo alcance do meu objetivo;

*Mas os que esperam no SENHOR
renovarão as forças, subirão com asas
como águias; correrão, e não se
cansarão; caminharão, e não se fatigarão.*

Isaías 40:31

RESUMO

O presente trabalho trata da análise do comportamento das taxas de juros praticados pelos bancos brasileiros, no o período de março de 2011 a fevereiro de 2013, abordando os principais determinantes dessas taxas: custo de captação e spread bancário. Enfatizando a definição de taxa de juros por Keynes, juntamente com o comportamento do custo de captação e o spread bancário brasileiro no período, ajudaram a se entender o comportamento das taxas de juros nas operações com recursos livres no país. Por meio de uma pesquisa empírica, baseado em tabelas e gráficos, nota-se que a taxa de juros não se comportou da mesma forma que o custo de captação, assim, tendo seu principal determinante o spread bancário. Diante dessa análise é possível compreender que a redução da taxa Selic proporcionou uma redução das demais taxas de juros, porém, não na mesma proporção em seus diferentes segmentos.

Palavras-chave: taxa de juros, spread bancário, custo de captação.

ABSTRACT

The present work reports behavior analysis of interest rates applied by Brazilian banks, from March 2011 to February 2013, addressing main determinants about the rates: "fund raising" and "banking spread". Emphasizing interest rates definition by Keynes, including "fund raising and Brazilian banking spread" in the period, helped to understand interest rates behavior on "operations with free resources" in the country. Through empirical research based on charts and graphs, note that interest rate did not behave in the same way of "fund raising", so having as its main determinant "banking spread" against this analysis, it's possible to understand that "reduction Selic rate" gave a reduction of others interest rates, but not in the same extent in its different segments.

Keywords: interest rates, banking spread, fund raising.

RESUMEN

El presente informe de trabajo el análisis del comportamiento de los tipos de interés aplicados por los bancos brasileños, entre marzo de 2011 febrero de 2013, frente a los principales factores determinantes sobre las tarifas: «captación de fondos" y "spread bancario". Haciendo hincapié en las tasas de interés de definición por Keynes, entre ellos "la recaudación de fondos y el spread bancario brasileño" en el período, ayudó a entender el comportamiento de las tasas de interés en las "operaciones con recursos libres" en el país. A través de la investigación empírica sobre la base de tablas y gráficos, tenga en cuenta que la tasa de interés no se comportó de la misma manera de "recaudación de fondos", por lo que tiene como su principal determinante "spread bancario" en contra de este análisis, es posible entender que "la tasa Selic de reducción" dio una reducción de las tasas de interés de los demás, pero no en la misma medida en sus diferentes segmentos.

Palabras clave: tipos de interés, spread bancario, la recaudación de fondos.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: TABELA DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL BRASILEIRO	19
FIGURA 2: GRÁFICO DA COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO PESSOA FÍSICA COM RECURSOS LIVRES – FEV/ 2013	22
FIGURA 3: GRÁFICO DO SALDO DE OPERAÇÕES PF – RECURSOS LIVRES – CRÉDITO PESSOAL.....	23
FIGURA 4: GRÁFICO DO SALDO DE OPERAÇÕES PF – RECURSOS LIVRES – CARTÃO DE CRÉDITO.....	24
FIGURA 5: GRÁFICO DA COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO PESSOA JURÍDICA COM RECURSOS LIVRES – FEV/ 2013	25
FIGURA 6: GRÁFICO SALDO DE OPERAÇÕES PJ – RECURSOS LIVRES – CAPITAL DE GIRO	26
FIGURA 7: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO - CONSOLIDADO	28
FIGURA 8: GRÁFICO EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO – PESSOA FÍSICA.....	29
FIGURA 9:GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO – PESSOA JURÍDICA.....	29
FIGURA 10:GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO – RECURSOS LIVRES.....	30
FIGURA 11: GRÁFICO DA COMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO BRASILEIRO.....	31
FIGURA 12: GRÁFICO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO TOTAL – VENCIDAS DE 15 A 90 DIAS.....	33

FIGURA 13:GRAFICO DAS OPERAÇÕES VENCIDAS DE 15 A 90 DIAS DE CRÉDITO TOTAL – PESSOA FÍSICA	34
FIGURA 14: GRÁFICO DE OPERAÇÕES VENCIDAS DE 15 A 90 DIAS DE CRÉDITO TOTAL – PESSOA JURÍDICA.....	35
FIGURA 15: GRÁFICO COMPARATIVO DO COMPORTAMENTO DO CDI E TAXA SELIC - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013.....	40
FIGURA 16: TABELA DA TAXA DE CDI E TAXA SELIC ANUAL.....	41
FIGURA 17: GRÁFICO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS PESSOA FÍSICA TOTAL - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013.....	43
FIGURA 17: TABELA DA TAXA DE JUROS MÉDIA PESSOA FÍSICA	44
FIGURA 18: GRÁFICO DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS CHEQUE ESPECIAL – PESSOA FÍSICA - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013	44
FIGURA 19: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA FÍSICA – CHEQUE ESPECIAL.....	45
FIGURA 20: GRÁFICO DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS CRÉDITO PESSOAL E CRÉDITO CONSIGNADO – PESSOA FÍSICA – PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013	46
FIGURA 21: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA FÍSICA – CRÉDITO CONSIGNADO.....	46
FIGURA 22: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA FÍSICA – CRÉDITO PESSOAL	47
FIGURA 23: GRÁFICO DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS DA AQUISIÇÃO DE BENS TOTAL E ARRENDAMENTO MERCANTIL – PESSOA FÍSICA - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013	47
FIGURA 24: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA FÍSICA – AQUISIÇÃO DE BENS TOTAL	48

FIGURA 25: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA FÍSICA – ARRENDAMENTO MERCANTIL TOTAL	48
FIGURA 26: GRÁFICO DA VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS NO PERÍODO DE MAR/11 A FEV/13- PESSOA FÍSICA	48
FIGURA 27: GRÁFICO DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS TOTAL – PESSOA JURÍDICA - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013.....	50
FIGURA 28: TABELA DA TAXA DE JUROS MÉDIA TOTAL PESSOA JURÍDICA	50
FIGURA 29: GRÁFICO DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS CHEQUE ESPECIAL – PESSOA JURÍDICA - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013	51
FIGURA 30: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA JURÍDICA – CHEQUE ESPECIAL	51
FIGURA 31: GRÁFICO DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS DE CAPITAL DE GIRO – PESSOA JURÍDICA - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013	52
FIGURA 32: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA JURÍDICA – CAPITAL DE GIRO.....	52
FIGURA 33: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA JURÍDICA – CONTA GARANTIDA.....	53
FIGURA 34: GRÁFICO DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS DESCONTO DE CHEQUES E DUPLICATAS – PESSOA JURÍDICA - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013 .	53
FIGURA 35: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA JURÍDICA – DESCONTO DE CHEQUES	54
FIGURA 36: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA JURÍDICA – DESCONTO DE DUPLICATAS.....	54
FIGURA 37: GRÁFICO DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS AQUISIÇÃO DE BENS, ARRENDAMENTO MERCANTIL E AQUISIÇÃO DE OUTROS BENS – PESSOA JURÍDICA. - PERÍODO DE MAR/2011 A FEV/2013.....	55

FIGURA 38: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA JURÍDICA – AQUISIÇÃO DE BENS TOTAL	55
FIGURA 39: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA JURÍDICA – ARRENDAMENTO MERCANTIL TOTAL	56
FIGURA 40: TABELA DA TAXA DE JUROS PESSOA JURÍDICA – AQUISIÇÃO DE OUTROS BENS.....	56
FIGURA 41: GRÁFICO DA VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS PERÍODO DE MAR/11 A FEV/13 – PESSOA JURÍDICA.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. TAXA DE JUROS	17
1.1 DETERMINANTES E FORMAÇÃO DA TAXA DE JUROS	18
1.2. OPERAÇÕES COM RECURSOS LIVRES	21
1.2.1 Operações com recursos livres de pessoa física.....	21
1.2.2 Operações com recursos livres de pessoa jurídica.....	24
2. SPREAD BANCÁRIO	26
2.1. COMPOSIÇÕES DO SPREAD	31
2.1.1 Inadimplência.....	32
2.1.2. Custo compulsório	35
2.1.3. Tributos, taxas e impostos.	36
2.1.4. Resíduo	37
3. TAXA SELIC E COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS	38
3.1 TAXA SELIC	38
3.2 COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS.....	43
3.2.1 PESSOA FÍSICA	43
3.2.1 PESSOA JURÍDICA.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi baseado em uma pesquisa teórica e empírica, sendo a primeira a entender a definição de taxa de juros e suas determinantes. A pesquisa foi empírica, com a análise de dados gráficos e tabelas, que levaram a verificar os principais componentes das taxas de juros, e suas diferenças dentre os segmentos de crédito.

O estudo tem por objetivo apresentar os componentes da taxa de juros nas operações de crédito de recursos livres no Brasil, no período de março de 2011 a fevereiro de 2013, sendo imprescindível a análise do spread bancário brasileiro no período e a taxa Selic, fatores que determinam a formação e o comportamento da taxa de juros no Brasil.

Parte do pressuposto que a taxa de juros é formada por duas variáveis chaves, sendo: custo de captação e spread bancário. Assim o estudo busca analisar o comportamento destas variáveis e verificar seu grau influência na formação da taxa de juros aplicadas pelos bancos brasileiros nas modalidades de crédito com recursos livres. Tendo como problema de pesquisa: a redução da taxa Selic influência a redução das taxas de juros em operações de recursos livres no Brasil?

O estudo também tem como justificativa a importância de entender a cobrança da taxa juros em operações de empréstimos nas modalidades de recursos livres.

O primeiro capítulo trata da abordagem das diferentes definições da taxa de juros com alguns autores relevantes sendo Keynes, Stonier, além de apresentar a formação do sistema financeiro brasileiro, para definir os determinantes da taxa de juros e, por fim, definir as operações de recursos livres que serão apresentadas em seus diferentes segmentos.

O segundo capítulo apresenta a definição de spread bancário e seus principais componentes, sendo depósito compulsório, inadimplência, impostos, margens bruta, juntamente com o comportamento dos mesmos.

No terceiro capítulo é analisado a definição de Taxa Selic e custo de captação, outro principal componente na formação da taxa de juros no Brasil, além

da apresentação dos dados comportamentais da taxa Selic, e as taxas de juros praticados pelos bancos brasileiros nos públicos pessoa física e pessoa jurídica no período março de 2011 a fevereiro de 2013.

Dessa maneira o estudo vem apresentar os determinantes da taxa de juro aplicadas pelos bancos brasileiros mediante uma pesquisa empírica do seu comportamento em diferentes modalidades de crédito.

1. TAXA DE JUROS

A taxa de juros é definida como o preço pago pelo uso do dinheiro, ou seja, é um prêmio pago pelo indivíduo consumista do dinheiro (devedor) ao detentor do capital (credor).

Para Schumpeter (1961), o juro é uma recompensa presente de poder aquisitivo futuro.

Existem taxas diferenciadas para cada modalidade de empréstimos e também para quais públicos esses empréstimos são concedidos, como: taxa de juros para compra de bens (automóveis, imóveis, empréstimos pessoais, financiamentos agrícolas, entre outros).

Essas modalidades citadas anteriormente podem ser adquiridas tanto para pessoa física, quanto para pessoa jurídica, mas mantem uma diferenciação nos valores nos respectivos públicos citados.

Já os empréstimos para a pessoa jurídica como: desconto de cheques, duplicata, capital de giro, entre outros financiamentos, a taxa de juros aplicados pelos bancos são menores.

O tema taxa de juros citando a visão de Keynes e dos Clássicos de como é formado a taxa de juros. [...] Keynes defenderia a ideia de que a taxa de juros é determinada no mercado monetário, por intermédio da função de demanda e de oferta de moeda, ao passo dos Clássicos estariam defendendo a ideia de que a taxa de juros é determinada no mercado de fundos de empréstimos [...]LIMA etc. (1999, pág. 151),

Assim, LIMA etc. (1999) baseia-se na definição de Keynes para confirmar que o responsável pela formação da taxa de juros no mercado monetário sofre intermédio da oferta e demanda por moeda, os principais responsáveis para sua formação na visão clássica são os fundos de empréstimos. Contudo, ainda afirma que a determinação da taxa de juros: em equilíbrio geral, ela é determinada pelas forças de oferta e demanda de todos os bens e serviços ou ativos existentes na economia.

Segundo os autores HAGUE & STONIER (1966), a definição de taxa de juros como sendo o “preço” pelo qual se pode emprestar dinheiro da mesma forma que os salários são o preço a que pode contratar a mão de obra. A taxa de

juros é expressa como um tanto percentual anual, pela razão simples de que a moeda é emprestada por períodos de tempo, e uma taxa percentual, é, pois, a maneira mais conveniente de se computar o seu custo.

1.1 DETERMINANTES E FORMAÇÃO DA TAXA DE JUROS

[...] HAGUE & STONIER (1966), concluem que a maioria dos economistas modernos pensa que a taxa de juros, no curto prazo é determinada principalmente por “forças monetárias”. Com isto eles querem dizer que, de um lado, ela dependerá da ação das autoridades monetárias o Banco Central e o Governo, de outro lado, das atitudes dos indivíduos e dos empresários em preferir manter dinheiro em suas mãos ou emprega-los na compra de títulos.

Por isso a determinação da taxa de juros é uma relação entre os agentes poupadores e os agentes consumidores de recursos para uma satisfação presente do consumo, além de tudo é imprescindível não deixar de citar a importância dos agentes intermediadores nessas transações. Ainda ASSAF (1999) vai além ao definir a determinação da taxa de juros sendo como um sacrifício do poupador em postergar um consumo futuro assim os intermediadores se utilizam da capacidade de criação de moeda para emprestar aos tomadores.

A taxa de juros reflete, portanto, pelo preço para através do sacrifício de poupar, ou seja a remuneração exigida por um agente econômico ao decidir postergar o consumo, transferindo seus recursos para outro agente. Obtendo-se dessa operação o poupador – que deseja adiar seu consumo para o futuro – e outro que, ao tomar os recursos disponíveis decide inversamente antecipar seu consumo para o presente. ASSAF (1999 pag.50).

Segundo SANTOS (1999), os intermediadores financeiros são capazes de transformar os recursos de vários poupadores e emprestar grandes valores para apenas um tomador, assim em uma economia moderna dentro do seu sistema financeiro é possível verificar também os riscos dos três agentes citados.

Os intermediadores dentro de uma economia moderna se interpõem entre os poupadores e investidores, e ao fazer essas intermediações realizam algumas transformações sendo elas: transformação de tamanho, ou seja agrega a poupança de vários poupadores e empresta grande valores a grande investidores; transformação de vencimentos captando recursos a prazos eventualmente curtos e emprestando a prazos longos; transformação de riscos onde o risco do poupador passa a ser risco associado ao intermediário financeiro, e não mais o risco direto do investidor. SANTOS (1999 pag. 22).

Portanto, os intermediadores financeiros são de fundamental importância para gerar liquidez e segurança para os poupadores e credores, e também atuar como multiplicadores de moedas para economia.

O sistema financeiro do Brasil conforme descrição de SANTOS (1999), é composto pelo Órgão Deliberativo “Conselho Monetário Nacional”, Órgãos de Regulação e Fiscalização sendo o Banco Central do Brasil¹, Comissão de Valores Mobiliários², Superintendência de Seguros Privados³, Secretaria de Previdência Complementar⁴.

Figura 1: Tabela da Composição do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bancos de Câmbio		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Banco Central do Brasil.

De acordo com divulgação do Banco Central do Brasil o sistema financeiro é formado por três órgãos normativos, quatro entidades supervisoras. Os órgãos normativos não fiscalizam somente as entidades supervisoras que são

¹Banco Central do Brasil (BCB) criado em 31/12/1964 pela lei nº4.595.

²Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criado em instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

³ Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) A Autarquia foi criada pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re; as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e capitalização; as entidades de previdência privada aberta e os corretores de seguros habilitados.

⁴ Secretaria de Previdência Complementar (SPC), foi um órgão do Ministério da Previdência Social, subordinado ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

responsáveis por fiscalizar as instituições financeiras, seguradoras, corretoras de valores mobiliários, entre outros.

Conforme decreto nº 7.123 emitido em março 2010, a SPC foi substituída pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em seguida das instituições fiscalizadoras o sistema financeiro possui as instituições financeiras sendo os agentes principais os bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos e desenvolvimento, caixa econômicas, cooperativas de crédito, dentre outros segundo SANTOS (1999).

Conforme BCB os sistemas responsáveis para liquidação e custodias são: SELIC (sistema Especial de liquidação e de Custódia), CETIP (Centro de Custódia e de Liquidação Financeira dos títulos públicos).

Assim o sistema financeiro está sob o controle do Estado, e então concluímos que ele pode aumentar ou diminuir a oferta monetária dos intermediadores financeiros e NETO (1999), define esses os mecanismos como sendo: recolhimentos de depósitos compulsórios⁵, open market⁶, redesconto⁷.

Partindo dessas definições a taxa de juros é determinada por duas variáveis: taxa de captação e spread bancário. A taxa de captação foi possível confirmar através de pesquisa se há alguma diferença para os determinados públicos, porém os spreads bancários são diferentes para os seus determinados públicos.

Os bancos se utilizam como parâmetro para a cobrança e formação da taxa de juros a taxa SELIC⁸, definida pelo COPOM⁹. A partir dos valores da taxa

⁵ Depósito realizado pelo poupador em uma instituição financeira, elas são obrigadas a deixarem um percentual alocado no BCB

⁶ Funciona como um instrumento bastante ágil de política monetária com a intenção de regular o fluxo de moeda da economia influenciando nas taxas de juros a curto prazo.

⁷ Um empréstimo que o BCB empresta as instituições financeiras recursos para uma eventual necessidade de caixa para concluir suas intermediações financeiras a uma taxa de juros mais alta, como forma de punição a má gestão de seus recursos.

⁸ Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. A taxa Selic reflete o custo do dinheiro para empréstimos bancários, com base na remuneração dos títulos públicos.

⁹ Comitê de Política Monetária do Banco Central. Tem o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa de juros.

SELIC é que os bancos decidem quanto irão cobrar de juros em cada operação de empréstimos.

As taxas de juros podem ser classificadas como pré-fixada, pós-fixada. Taxa pré-fixada já é determinada no ato da concessão do crédito, ou seja, independente da flutuação da taxa de referência que pode ser a Selic over, a taxa do empréstimo não se alterará. Taxa pós-fixada a taxa é variável de acordo com a flutuação da taxa de referência.

1.2. OPERAÇÕES COM RECURSOS LIVRES

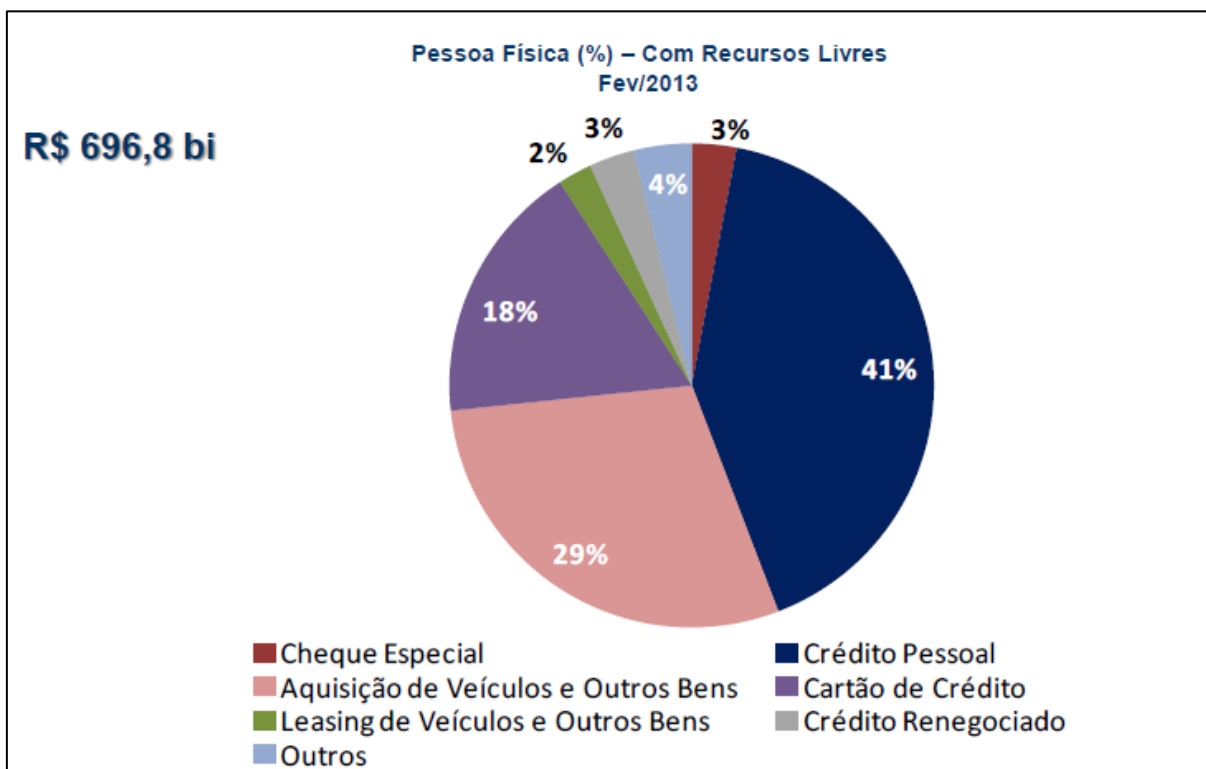
Operações com recursos livres pode se compreender e destacar os financiamentos destinados ao consumo seja de bens duráveis ou não de acordo com consulta no relatório consultado no site BCB. As modalidades de créditos e suas respectivas taxas de juros, são diferenciados de acordo com o seu do público alvo, ou seja, pessoa física e pessoa jurídica.

1.2.1 Operações com recursos livres de pessoa física

Conforme destacado em Barone (2011) as atividades de crédito concedidas a pessoa física envolvem produtos como o cheque especial e o crédito pessoal, CDC (crédito direto ao consumidor).

As operações de crédito com recursos livres para as pessoas físicas segundo relatório da FEBRABAN e BCB são: cheque especial, crédito pessoal, crédito consignado, financiamento imobiliário, financiamento de veículos, financiamentos de bens, cartão de crédito, outras operações, leasing, cooperativas.

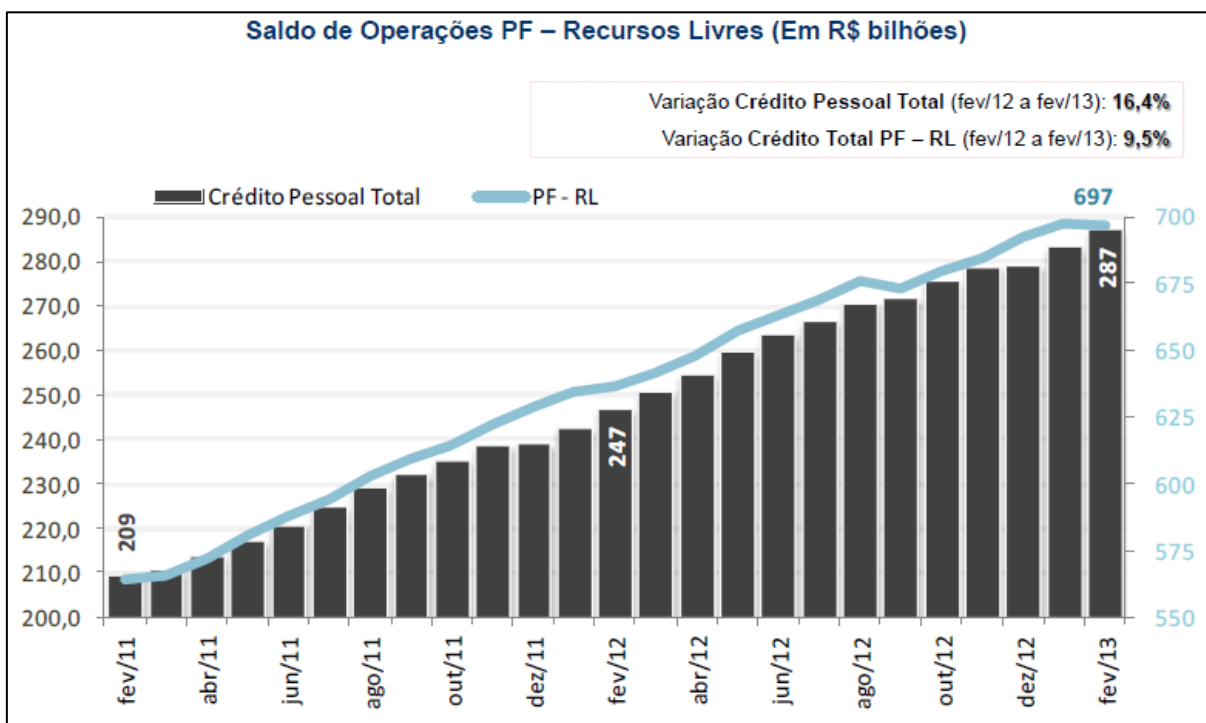
Figura 2: Gráfico da composição das operações de crédito pessoa física com recursos livres – fev/ 2013



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

Em análise da figura 2 verificar-se a composição dos empréstimos no segmento pessoa física no mês de fevereiro do ano de 2013, os saldos das operações recursos livres no segmento pessoa físicas ficou em 696,8 bilhões de reais, tendo em destaque as operações de aquisição de veículos com 29%, crédito pessoal com 41% e cartão de crédito com 18%.

Figura 3: Gráfico do Saldo de Operações PF – Recursos livres – Crédito Pessoal

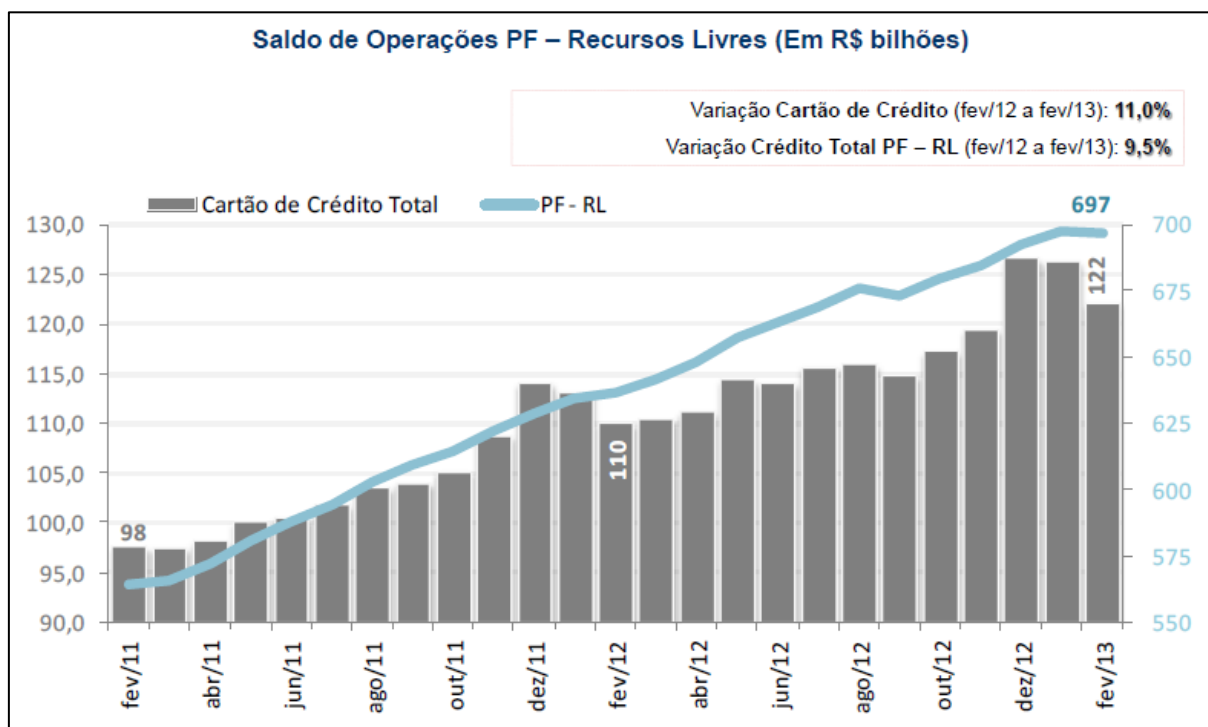


Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

Segundo figura 3 é possível analisar o crescimento da carteira de crédito pessoal partindo do mês de fevereiro de 2011 com saldo de aproximadamente 209 bilhões de reais e finalizando em fevereiro de 2013 com saldo de 287 bilhões de reais. Porém o saldo total da carteira de crédito pessoa física no mesmo período tem como saldo de partida em fevereiro de 2011 de aproximadamente 560 bilhões de reais finalizando o período em fevereiro 2013 com o saldo de 697 bilhões de reais.

Em comparação ao crescimento da carteira de crédito pessoal de fev./11 para fev./12 teve uma evolução aproximadamente de 18%, já de fev./12 a fev./13 a evolução foi de 16,4%, e neste mesmo período a evolução do total da carteira de crédito foi 9,5%, ou seja, uma evolução de quase 7 pontos percentuais maior da carteira de crédito pessoal quando comparado a carteira total de crédito pessoa física.

Figura 4: Gráfico do Saldo de operações PF – Recursos Livres – Cartão de Crédito



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

Segundo figura 3 é possível analisar o crescimento da carteira de cartão de crédito partindo do mês de fevereiro de 2011 com saldo de aproximadamente 98 bilhões de reais e finalizando em fevereiro de 2013 com saldo de 122 bilhões de reais.

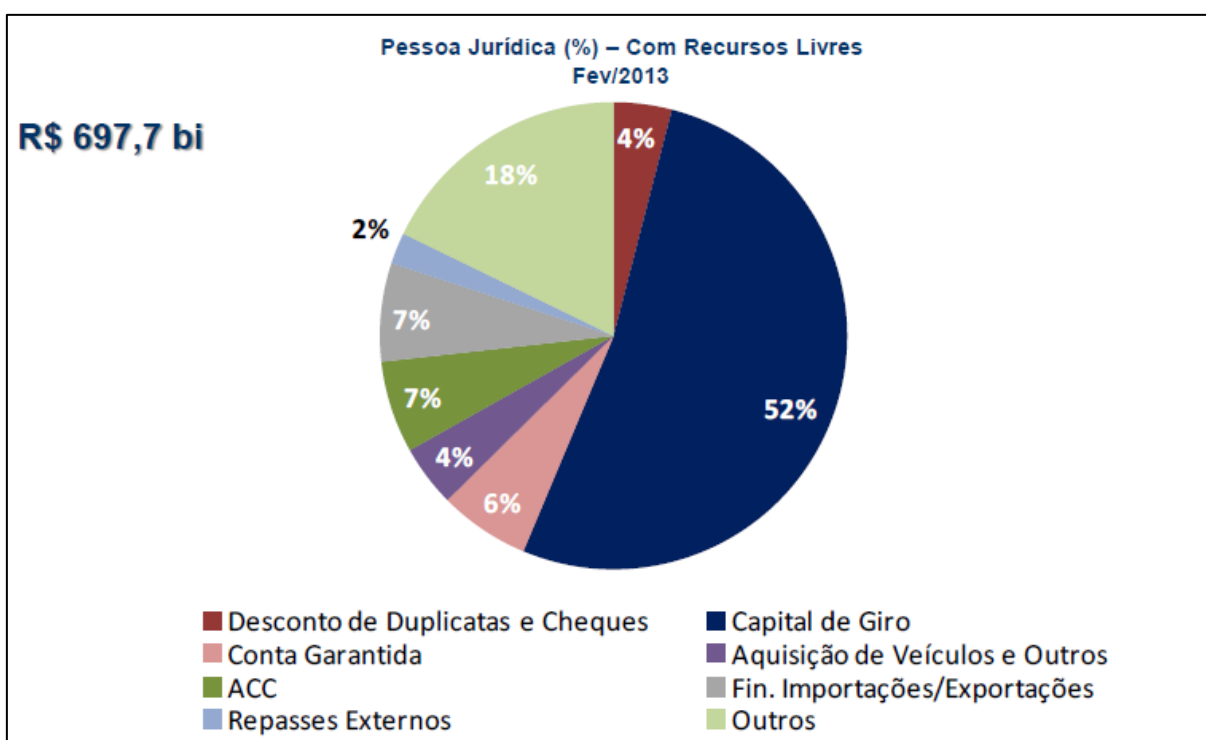
Em comparação ao crescimento da carteira de cartão de crédito fev./11 para fev./12 teve uma evolução aproximadamente de 12%, já de fev./12 a fev./13 a evolução foi de 11,0%, e neste mesmo período a evolução do total da carteira de crédito foi 9,5%, ou seja, uma evolução de quase 1,5 pontos percentuais maior da carteira de cartão de crédito quando comparado a carteira total de crédito pessoa física.

1.2.2 Operações com recursos livres de pessoa jurídica

Barone (2011) destaca as operações de crédito para pessoa jurídica as modalidades de hot money, desconto de duplicatas e notas promissórias, conta garantida e vendor.

As operações de crédito para pessoa jurídica com recursos livres segundo relatório FEBRABAN e BCB são: hot Money, desconto de duplicatas, desconto de notas promissórias, capital de giro, conta garantida, financiamento imobiliário, financiamento de bens, vendor, ACC (Adiantamento sobre Contratos de Câmbio), exportações, repasses externos, financiamentos a importações e outros, outras operações, leasing, crédito rural.

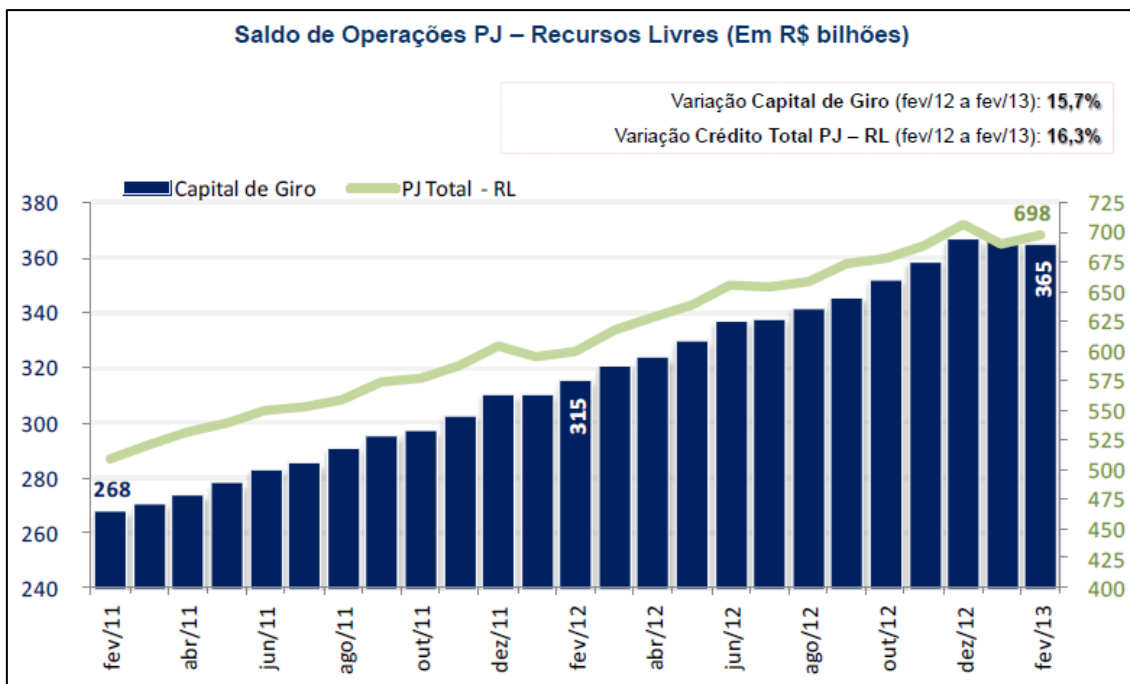
Figura 5: Gráfico da composição das operações de crédito pessoa jurídica com recursos livres – fev/ 2013



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

De acordo com figura 5 o saldo da carteira de crédito de recursos livres no segmento pessoa jurídica em fevereiro de 2013 ficou em 697,7 bilhões de reais, tendo em destaque as operações de capital de giro com participação na carteira total de 52%.

Figura 6: Gráfico saldo de operações PJ – Recursos Livres – Capital de Giro



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

Segundo figura 6 é possível analisar o crescimento da carteira de capital de giro partindo do mês de fevereiro de 2011 com saldo de aproximadamente 268 bilhões de reais e finalizando em fevereiro de 2013 com saldo de 365 bilhões de reais. Porém o saldo total da carteira de crédito pessoa jurídica no mesmo período tem como saldo de partida em fevereiro de 2011 de aproximadamente 525 bilhões de reais finalizando o período em fevereiro 2013 com o saldo de 698 bilhões de reais.

De acordo com a figura 6 em comparação ao crescimento da carteira de capital de giro fev./11 para fev./12 teve uma evolução aproximadamente de 17%, já de fev./12 a fev./13 a evolução foi de 15,7%, e neste mesmo período, a evolução do total da carteira de crédito foi 16,3%. Ou seja, uma evolução de quase 0,6 pontos percentuais maior da carteira de capital de giro quando comparado a carteira total de crédito pessoa jurídica.

2. SPREAD BANCÁRIO

Baseado em Barone (2011) pag. 5, a definição de spread bancário vem a ser “diferença entre a taxa média de aplicação das instituições financeiras, em

seus diversos ativos relativos a atividades de crédito à pessoa física e jurídica, e sua taxa média de captação, por meio de produtos como depósitos a prazo e interfinanceiros”.

Primeiramente há que se definir precisamente o que seja spread. E este é definido como sendo a diferença entre o custo de captação dos bancos e o custo cobrado por esse banco quando ele concede um empréstimo. Portanto não se configura aí o lucro do banco pois há que se deduzir os custos vinculados à atividade de captação e empréstimo. (COSTA, 2004, p.88).

Oreiro e Paula (2005) destaca que o spread bancário no Brasil tende a apresentar altas taxa de intermediação financeira quando em comparação dos países desenvolvidos. Contudo, esses fatores referente a explicação da elevada taxa de spread esteja em aberto.

[...] procuraram aferir se o spread bancário elevado estaria relacionado baixa concorrência existente no setor, em função da tendência recente de aumento da concentração do setor bancário no Brasil, mas os resultados alcançados nesses estudos estão longe de serem conclusivos. (OREIRO; PAULA, 2005, p. 15).

Oreiro e Paula (2003) afirmam ainda que os fatores macroeconômicos são importantes para a explicação do elevado spread bancário no Brasil, sendo eles: a elevada volatilidade da taxa de juros (SELIC), onde aumenta o grau de riscos de crédito das instituições bancárias, o baixo crescimento da produção industrial, aumentando a inadimplência dos empréstimos, além do elevado retorno oferecido nas aplicações de títulos públicos.

Conforme argumentação de Oreiro e Paula (2003) a correlação entre as altas taxas de juros e o spread bancário elevado destacam que:

Uma taxa básica alta implica um spread bancário elevado não apenas pelo maior risco de inadimplência envolvido nas operações de empréstimos, mas também pelo alto retorno oferecido pelos títulos públicos, a principal variável utilizada pelos bancos para a estipulação do diferencial cobrado entre as suas taxas de captação e aplicação de recursos. (OLIVEIRA; CARVALHO,2003, p. 15).

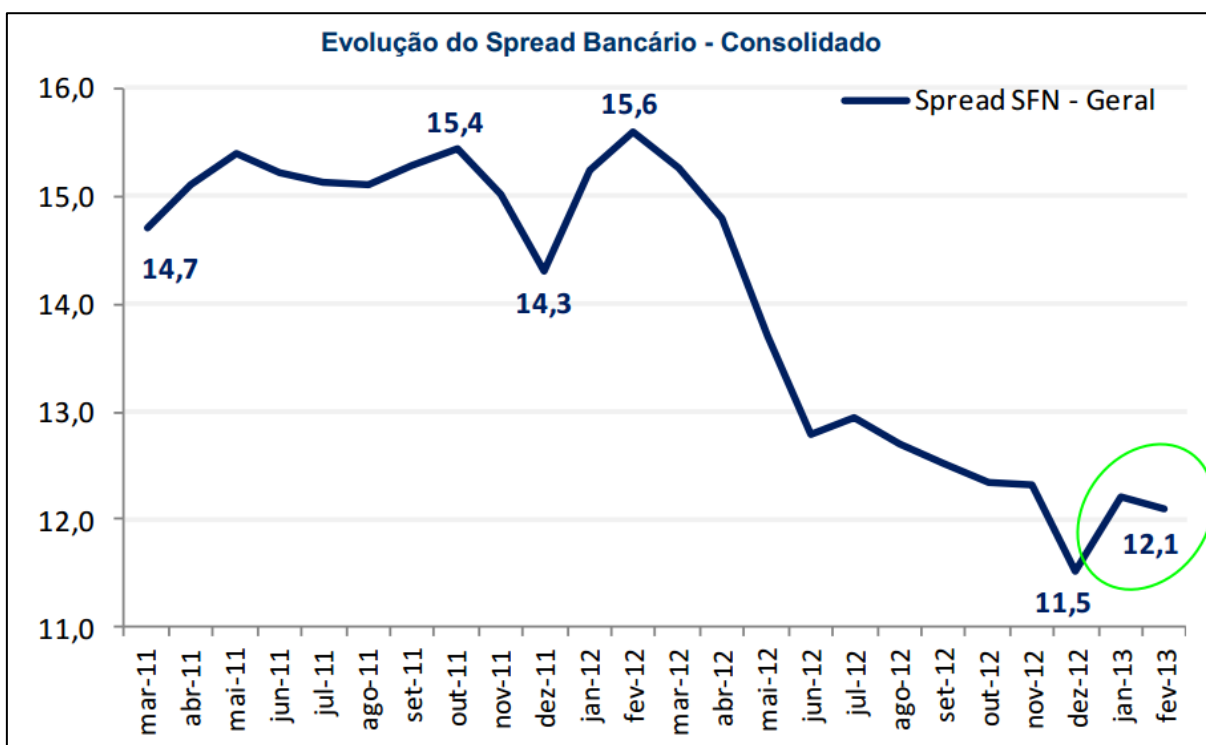
Barone (2011) relata que as variáveis de grande importância para a cobrança dos spreads são as gestões de recursos e riscos dos bancos, quanto as questões macroeconômicos. Contudo podemos concluir que em operações com riscos menores de inadimplência, ou com garantias os spreads podem ser menores.

Partindo das definições de spread bancário citados nos parágrafos anteriores é importante entender o que determina o spread bancário. Os cálculos referentes aos spreads descritos neste trabalho correspondem aos seguimentos livre

referenciado, devido ao custo financeiro das operações é livremente pactuado entre o banco e o tomador do empréstimo, conforme as modalidades descritas na Circular nº 2957, de 1999, do BACEN.

A seguir são apresentados os gráficos com o comportamento do spread bancário no período de março de 2011 a fevereiro 2013.

Figura 7: Gráfico da Evolução do Spread Bancário - Consolidado



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

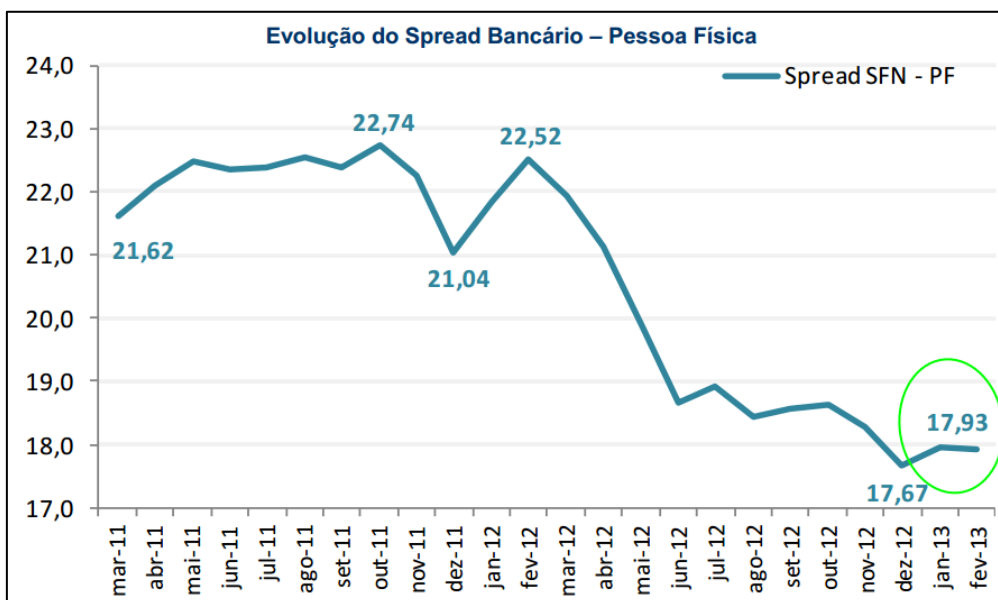
Ao analisar o comportamento da taxa de spread consolidado nota-se que no primeiro semestre de 2012 houve uma queda acentuada nessa cobrança pelas instituições financeiras e também continuou a queda até o segundo semestre.

Em notícia divulgada no site¹⁰ do globo, nota-se um esforço do governo Dilma para uma diminuição do spread cobrado pelas instituições financeiras. Portanto esse esforço fez com que o spread bancário diminuísse de forma mais acentuada segundo determinação do BC.

¹⁰<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html>. Acessado em 30/07/2013.

Contudo, nota-se uma diminuição do spread bancário da pessoa física e jurídica respectivamente de aproximadamente, 4,10% no período de fevereiro 2012 a dezembro 2012.

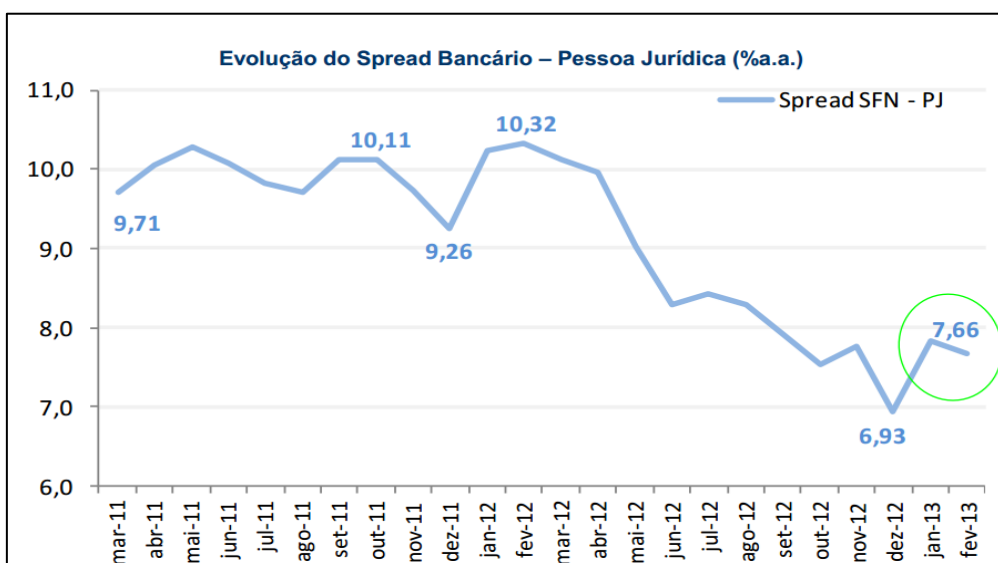
Figura 8: Gráfico Evolução do Spread Bancário – Pessoa Física



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

O comportamento do spread bancário na pessoa física se mostrou alinhado ao consolidado onde teve sua grande redução no ano de 2012, caindo aproximadamente 4,85% de fevereiro 2012 a dezembro 2012.

Figura 9: Gráfico da Evolução do Spread Bancário – Pessoa Jurídica



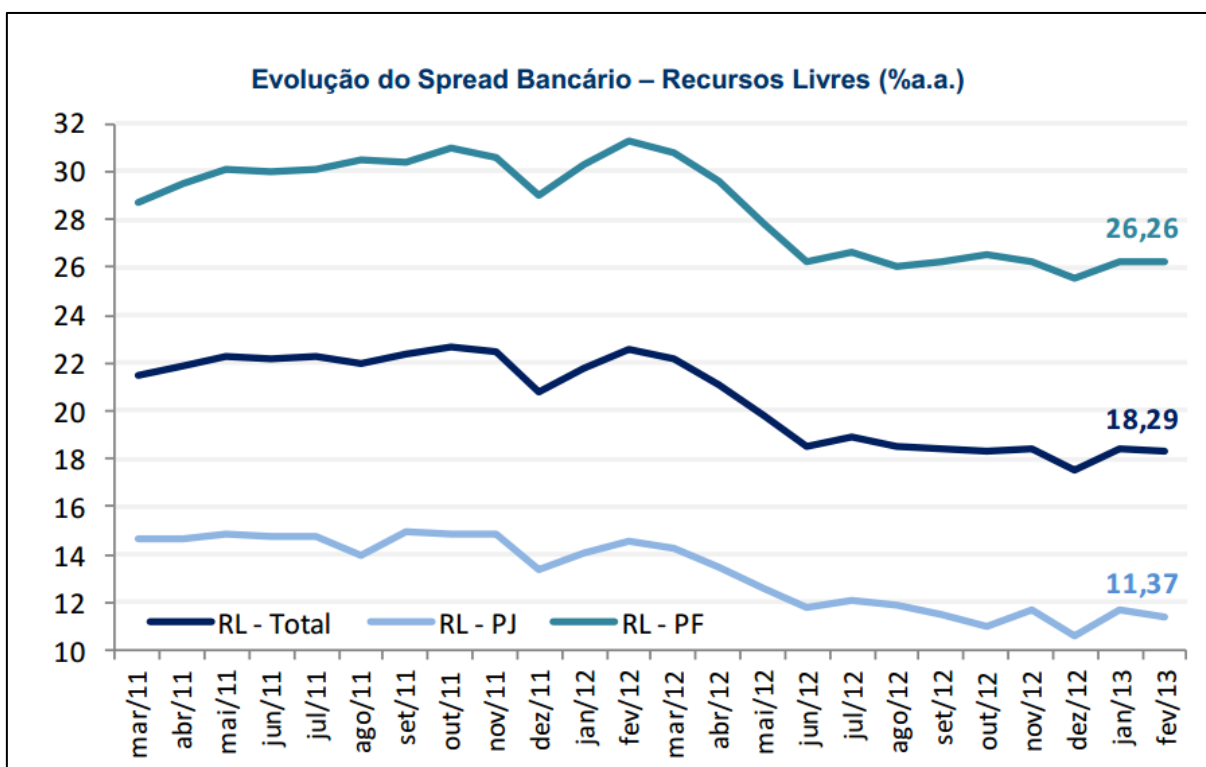
Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

O comportamento do spread bancário na pessoa jurídica se mostrou alinhado ao consolidado onde teve sua grande redução no ano de 2012, caindo aproximadamente 3,39% de fevereiro 2012 a dezembro 2012.

Em análise dos gráficos acima divulgados pela FEBRABAN e baseado na definição dos autores, verifica-se uma diferença significativa na cobrança dos spreads bancários em seus diversos públicos de tomadores de recursos, sendo então quase uma diferença aproximadamente de 10 pontos percentuais no spread entre pessoa física e pessoa jurídica.

E, conforme definição de Barone (2011) essa diferença pode ser justificava devido aos fatores macroeconômicos encontrados pelos gestores sendo: taxa básica de juros, nível de inadimplência, custo de oportunidades na aplicação dos bancos, inflação.

Figura 10: Gráfico da Evolução do Spread Bancário – Recursos Livres



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

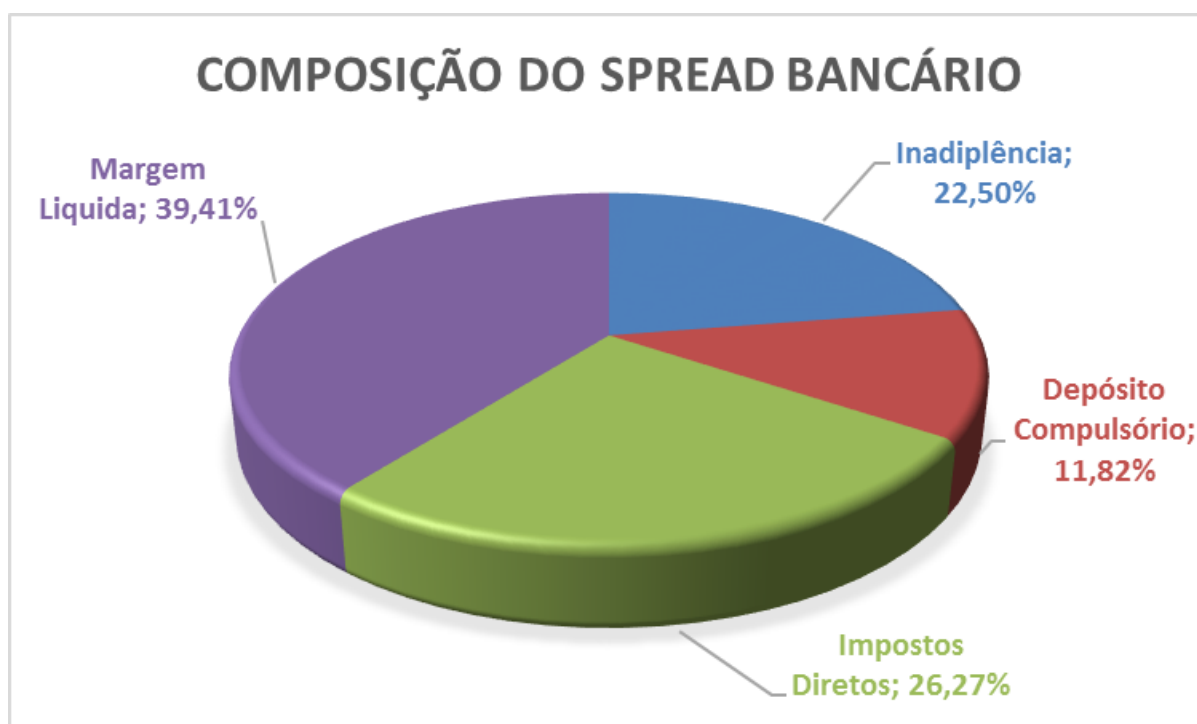
Conforme gráfico da evolução do spread bancário nas operações de recursos livres acompanhou a movimentação de queda, uma redução de aproximadamente 4 pontos percentuais, na pessoa jurídica em 2012 e pouco mais

de 4,7 pontos percentuais na pessoa física, provocando uma queda no spread total de recursos livres de 4,2 pontos percentuais. Ou seja, conforme notícia apresentada neste trabalho os esforços do governo para reduzir os spreads bancários foram aceitos pelas instituições financeiras.

2.1. COMPOSIÇÕES DO SPREAD

Segundo relatório do BCB, divulgado em 2011, o spread bancário é composto pelos componentes: inadimplência, Custo do Compulsório somado com subsidio cruzado juntamente com encargos fiscais e FGC (fundo garantidor de crédito), margem bruta juntamente com erros e omissões, impostos diretos, com seus respectivos percentuais em 2011 sendo, 22,5%, 11,82%, 65,68%, totalizando 100%. Os impostos diretos representam 26,27% do total do spread, porém o cálculo é divulgado no item da margem bruta, ou seja, 65,68% menos os impostos diretos 26,27%, obtemos a margem líquida o percentual de 39,41%.

Figura 11: Gráfico da composição do spread bancário brasileiro.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaborado pelo autor.

De acordo com gráfico da composição do spread bancário brasileiro pode-se verificar alto percentual de lucratividade das instituições financeiras nas operações de crédito de recursos livres no Brasil, ou seja, em uma operação de crédito a taxa de spread bancário cobrado na operação é de 20,00%a.a. a lucratividade líquida da operação é 7,89%a.a.

2.1.1 Inadimplência

Segundo Barone (2011) entende-se que, quanto maior a inadimplência, maior o spread praticado pelos bancos. Apesar das instituições financeiras estabelecerem estimativas acerca da inadimplência ao calcularem seus juros, entre 2001 e 2011 ambos as taxas de inadimplência e os spreads sofreram decréscimo, embora o spread não tenha acompanhado o ritmo de queda da inadimplência, em termos relativos.

Contudo a inadimplência representa o risco de crédito nas operações de empréstimo, as instituições financeiras concedem o crédito sem a certeza do recebimento futuro do valor emprestado mais os juros.

Conforme destacado por Barone (2011) as diretrizes seguidas para risco de crédito no Brasil são constantes na Resolução CMN 2.682/99, que exige que os bancos estabeleçam nove classes de risco de crédito para suas operações, desde o de menor risco, ao qual não é necessária nenhuma provisão (crédito AA) até o de maior risco, para o qual é necessária a provisão de 100% (crédito H).

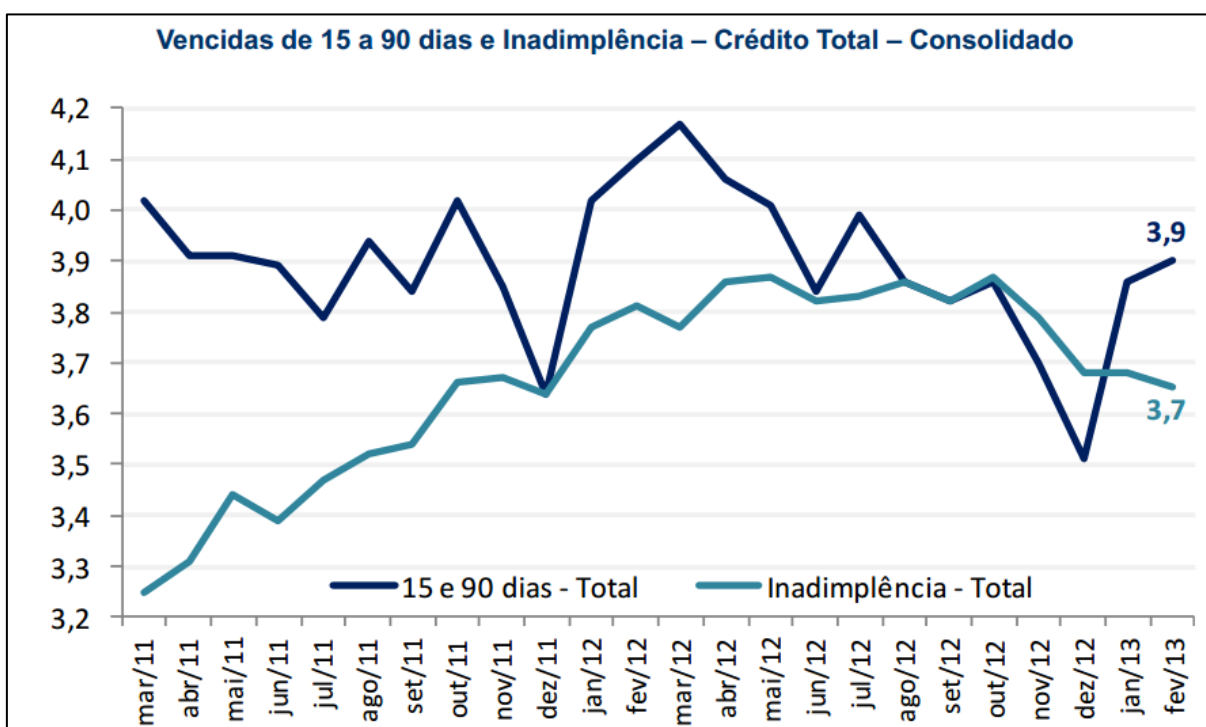
Então, destaca a obrigatoriedade das provisões dos créditos concedidos aos tomadores de crédito até 100% do total do empréstimo.

Barone (2011) destaca ainda que para classificar as carteiras as instituições usam não somente aspectos das operações como prazos e garantias, mas também recorrem a avaliação de risco dos devedores e seu grau de endividamento, e capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa e setor econômico, além de outros.

Portanto, Barone (2011) mostra que as instituições brasileiras utilizam não somente o volume e também a capacidade de pagamento dos tomadores e devido a capacidade de geração de recursos da pessoa Jurídica pode-se concluir

que os spreads referente as pessoas jurídicas são menores que os spreads cobrados para pessoa física são maiores devido aos aspectos de avaliação de ratings. E, assim, o componente relativo à inadimplência representa percentual considerável, sendo essa rubrica relacionada ao risco de crédito incorrido pelo banco em suas operações de empréstimo.

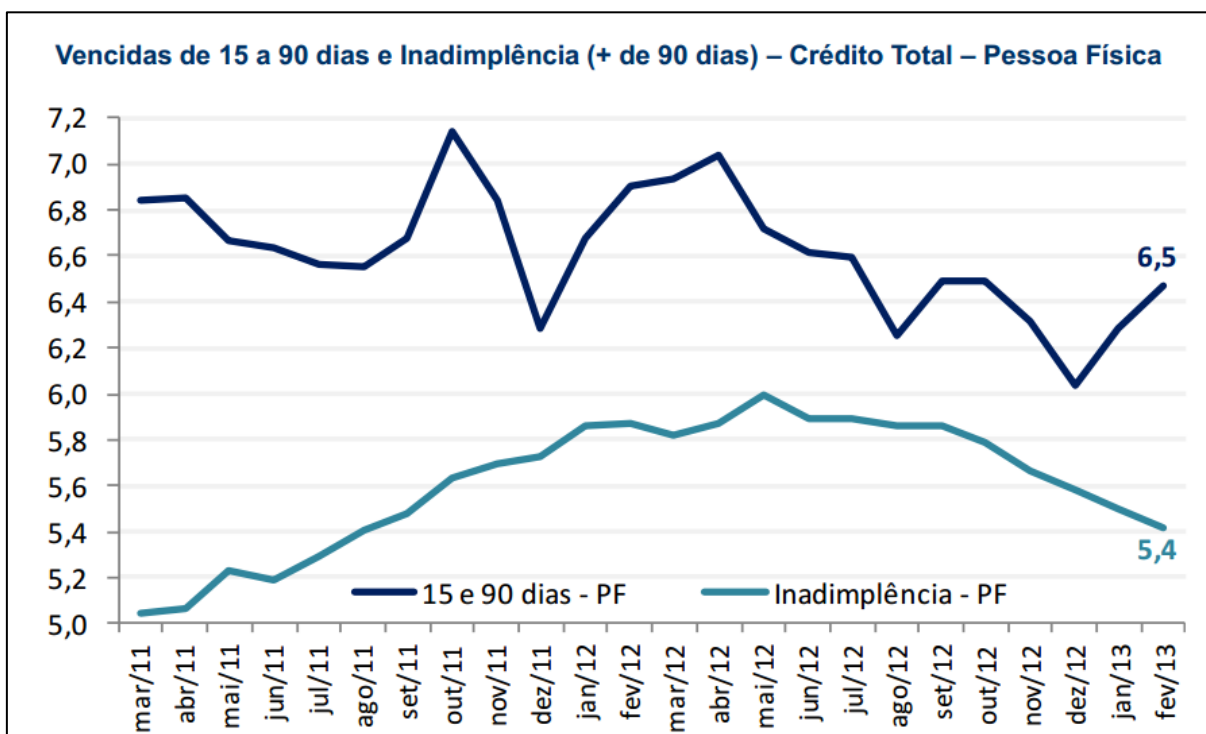
Figura 12: Gráfico das operações de crédito total – vencidas de 15 a 90 dias.



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

De acordo com o gráfico das operações de crédito total vencidas de 15 a 90 dias o comportamento da inadimplência total no período verifica-se uma evolução no período de março 2011 até fevereiro 2013 menos 0,5 ponto percentual de alteração, já a inadimplência de 15 a 90 dias no período total analisado há apenas uma redução de aproximadamente 0,2 ponto percentual.

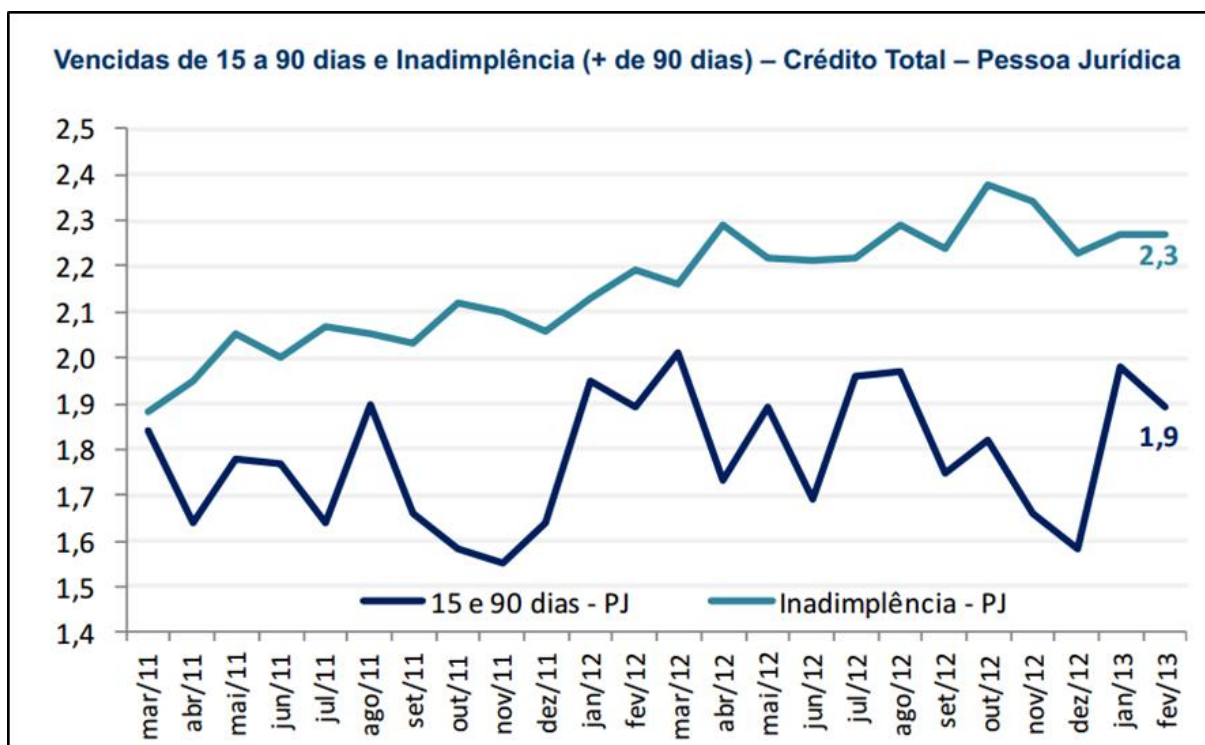
Figura 13: Gráfico das operações vencidas de 15 a 90 dias de crédito total – Pessoa Física



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

De acordo com o gráfico das operações vencidas de 15 a 90 dias de crédito total pessoa física a inadimplência verifica-se uma disparidade enquanto a inadimplência pessoa física aumentou 0,4 ponto percentual no período de março 2011 a fevereiro 2013, a inadimplência de crédito total de 15 a 90 dias do mesmo público analisado houve reduziu-se 0,3 ponto percentual aproximadamente.

Figura 14: Gráfico de operações vencidas de 15 a 90 dias de crédito total – Pessoa Jurídica



Fonte: Febraban. Panorama do Mercado de Crédito. Elaborado por Sardenberg, Rubens.

Ao contrário da pessoa física, a inadimplência de 15 a 90 dias quando em comparação com a inadimplência total da pessoa jurídica se comportou de forma linear, tendo no período de março 2011 a fevereiro 2013 uma elevação, respectivamente de 0,1 pontos percentuais e 0,4 pontos percentuais aproximadamente.

Com base nos dados dos gráficos acima se pode verificar uma diferença da inadimplência nas operações de pessoas físicas e jurídicas, onde a taxa de inadimplência da pessoa física é aproximadamente o dobro maior que na pessoa jurídica. Esse aspecto pode ser uma explicação para a diferença na taxa de juros cobrada em seus respectivos públicos.

2.1.2. Custo compulsório

Segundo relatório da FEBRABAN (2010) o Brasil apresenta os mais elevados depósitos compulsórios do mundo. Em 2010 os depósitos eram de 20%

mais adicional de 8%, foram elevados em dezembro desse mesmo ano, com um aumento adicional para 12%.

Barone (2011) relata o papel importante dos depósitos compulsórios no que diz respeito à estabilidade do sistema financeira nacional, por restringirem a disponibilidade imediata de recursos líquidos dos bancos, são muitas vezes utilizados pelo governo como uma ferramenta para regular ou restringir a oferta de crédito pelas instituições financeiras.

Pode-se concluir que o componente depósito compulsório é um instrumento muito utilizado pelo governo para aumentar ou diminuir a oferta monetária, e assim promover um aumento na taxa de juro sem alterar a taxa básica de juros.

Tem-se alguns relatos de Barone (2011), onde o governo fez uso de tal recurso, por exemplo, quando da introdução do Plano real em 1994, na crise asiática em 1997 e na crise pré-eleição presidencial em 2002, em 2008 o governo utilizou esse instrumento de política monetária na crise do sub prime em que relaxou os depósitos compulsórios para aumentar a oferta monetária e reduzir o problema de liquidez.

2.1.3. Tributos, taxas e impostos.

Antes de começar a decompor esse componente do spread, é necessário verificar os principais impostos praticados nessas operações.

Conforme Barone (2011), os impostos neste componentes são: Programa de Contribuição Social (Pis), a Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social (COFINS), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) , o Imposto de Renda (IR), e o Imposto Sobre Operações Financeiras, sendo que o PIS, a COFINS e o IOF incidem sobre as movimentações financeiras onerando a captação dos bancos, enquanto a CSLL é um adicional do IR, imposto direto sobre o lucro do banco, seja proveniente de operações de crédito ou não.

OLIVEIRA e CARVALHO (2007), definem que a inclusão, no cálculo do spread realizado pelo BACEN, da tributação direta (IR e CSLL), além da indireta, pode ser questionada “vez que ao contrário dos tributos indiretos, que oneram cada

operação financeira e não são restituíveis, os tributos diretos incidem sobre os rendimentos de todas as operações dos bancos e dos depositantes e não são específicos da atividade financeira “(Oliveira e Carvalho, 2007, p. 389).

Coelho (2009) observa-se que a redução do IOF em dezembro 2008, que retomou para 1,5%, aparentemente não provocou uma redução do spread.

Assim sendo, podemos verificar uma imparcialidade referente quanto a redução dos impostos provocam uma modificação na cobrança dos spreads.

2.1.4. Resíduo

Conforme definição de Barone (2011) o componente resíduo é considerado como uma medida imperfeita da margem de lucro ou lucro do banco. Essa rubrica incorpora os erros e omissões da estimação do spread, como por exemplo, os subsídios cruzados da aplicação compulsória de recursos em crédito rural e habitacional, que poderiam levar os bancos a buscar rendimentos maiores nas operações com recursos livres para compensar as imposições dos recursos direcionados (Afonso, 2009).

Portanto, os resíduos são na verdade um ajuste da cobrança dos spreads referente a essa diferenciação dos recursos sendo direcionados ou recursos livres.

Barone (2011) demonstra utilizando a simulação de um total dos juros cobrados em uma operação de empréstimo, após deduzirem-se os custos do compulsório, as despesas administrativas, tributos, inadimplência e custos de captação, além do FGC, tem-se a parcela dos juros responsável pela remuneração da instituição bancária. Entretanto essa remuneração só diz respeito as operações com recursos livres.

[...] a margem representa, grosso modo, a soma de três fatores: lucro competitivo, ou seja, a remuneração que os bancos teriam caso atuassem em regime de concorrência perfeita; a renda econômica, decorrente do poder de mercado da instituição; e um prêmio pelo risco incorrido, tanto pelo descasamento de prazos entre ativos e passivos (usualmente os empréstimos de um banco tem prazo maior do que os depósitos) como pela probabilidade de não receber de volta o montante emprestado. (AFONSO et al. 2009, p.14)

Segundo Barone (2011) o resíduo é um dos itens com maior peso na composição do spread. Apesar de este componente aparecer em terceiro lugar na composição pode-se concluir que o resíduo é uma medida imperfeita da margem de lucro das operações de créditos com recursos livres dos bancos, incluindo também os erros de estimação e os subsídios cruzados, além de representar a lucratividade das instituições financeiras, não deixa de ser uma expressão significativa do poder de mercado das instituições financeiras.

3. TAXA SELIC E COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS

3.1 TAXA SELIC

Conforme descrição abaixo pelo Banco Central do Brasil, a SELIC, (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), é um órgão que processa a emissão de títulos públicos emitido pelo Tesouro Nacional, o mercado financeiro utiliza como referência para cobrança das taxas de juros a Taxa Selic.

“É a taxa apurada no Selic, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas.” Disponível em, <<http://www.bcb.gov.br/?SELICDESCRICA0>>, Acesso em 22/07/2013

Contudo a definição do Banco Central concluir-se que a Selic é utilizada para refletir o custo do dinheiro para empréstimos bancários, com base na remuneração dos títulos públicos federais.

Segundo Banco Central¹¹, a metodologia para o cálculo da taxa média da Selic descrito abaixo significa como são lastreados as negociações dos títulos emitido pelo governo.

¹¹<http://www.bcb.gov.br/?SELICDESCRICA0> acesso em 23/07/2013

$$\left[\left(\frac{\sum_{j=1}^n L_j \cdot V_j}{\sum_{j=1}^n V_j} \right)^{252} - 1 \right] \times 100 \text{ \% ao ano}$$

Fonte: BCB – Site www.bcb.gov.br

L_j ; fator diário correspondente à taxa da j -ésima operação;

V_j ; valor financeiro correspondente à taxa da j -ésima operação

n : número de operações que compõem a amostra.

Conforme definição do BCB a amostra é constituída excluindo-se do universo as operações atípicas, assim consideradas:

- no caso de distribuição simétrica: 2,5% das operações com os maiores fatores diários e 2,5% das operações com os menores fatores diários;
- no caso de distribuição assimétrica positiva: 5% das operações com os maiores fatores diários;
- no caso de distribuição assimétrica negativa: 5% das operações com os menores fatores diários. Disponível em, <<http://www.bcb.gov.br/?SELICDESCRICA0>>, Acesso em 22/07/2013

Portanto, o cálculo utilizado para formar a taxa Selic no Brasil é determinado pela quantidade de negociações dos títulos públicos federais, juntamente com o lastro da rentabilidade paga nos títulos públicos federais.

A taxa de juros SELIC, além de balizar as operações no mercado de reservas bancárias, remunera, a taxas prefixadas, grande parte dos títulos da dívida pública mobiliária. Assim, esses títulos constituem uma opção de aplicação para os bancos uma vez que apresentam elevada taxa de remuneração e baixo risco. Portanto, os bancos exigem um prêmio de risco elevado devido ao custo de oportunidade baseado na taxa básica de juros (NAKANO, 2005, p. 59).

Após a definição de NAKANO (2005) o custo de oportunidade dos bancos brasileiros em suas operações de crédito, em seguida verifica-se o custo de captação das instituições financeiras e seus comportamentos diante do período de tempo.

A taxa de captação é a taxa paga pelas instituições financeiras quando da captação de recursos no mercado financeiro. É a remuneração paga aos investidores/aplicadores. (Banco Central do Brasil. Departamento de estudos e pesquisas – DEPEP. Juros e spread bancário no Brasil 1999, p.3).

Assim as instituições financeiras atuam no mercado financeiro captando recursos de indivíduos superavitários, pagam rendimentos a este capital e empresta esses recursos os indivíduos deficitários.

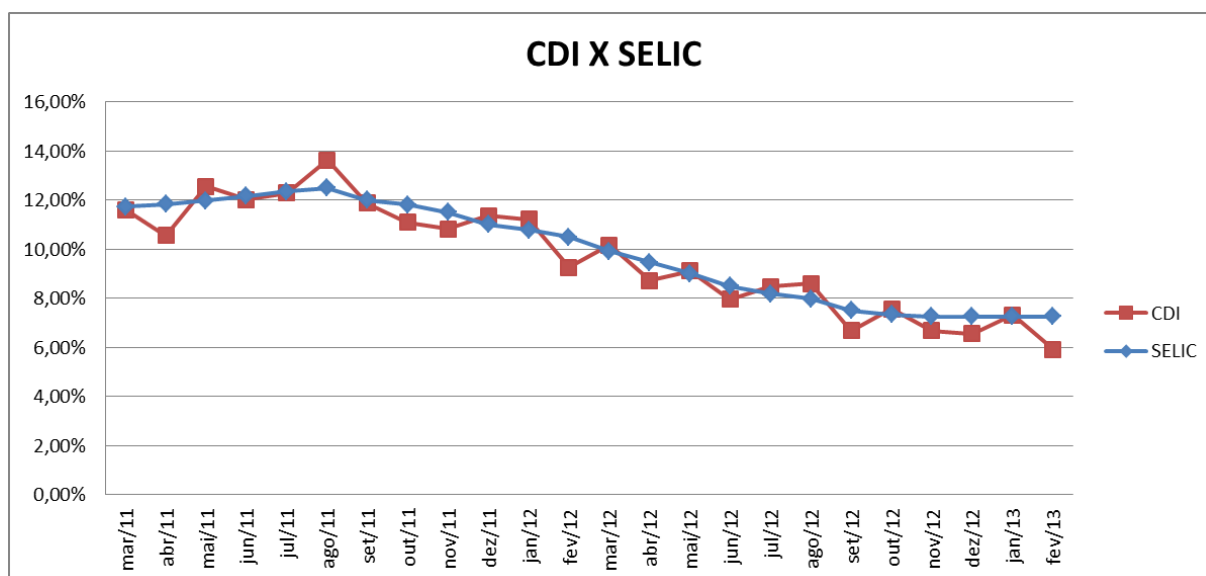
Segundo NETO (1999), as instituições financeiras compõem um mercado interfinanceiro, onde atuam como compradoras e vendedoras de dinheiro, contudo essas operações são realizadas diariamente e lastreadas pelos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

O CDI é importante e usado como referência para que seja calculado o custo de captação das instituições financeiras e, segundo NETO, essa taxa não é negociada sob intervenção oficiais de órgãos públicos e reguladores.

Os bancos do varejo se utilizam na maioria das vezes a taxa de CDI (certificado de depósito interbancário) para determinar o custo de captação do dia. Já os bancos de investimentos utilizam a TBF (taxa básica financeira) como referência Rego (2007).

Conforme definição de REGO (2007) verifica-se que o CDI é utilizado para a formação da taxa de juros das instituições e essa taxa acompanha a SELIC onde é regulamentada pelo governo. Ainda NETO define que o CDI pode ser entendido como uma taxa básica do mercado financeiro, que influencia a formação das demais taxas de juros.

Figura 15: Gráfico comparativo do comportamento do CDI e taxa Selic - período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

Como podemos verificar no gráfico do comportamento do CDI e Taxa Selic, o CDI acompanha a movimentação da Taxa Selic, porém em agosto 2011, o CDI elevou de forma mais acentuada que a taxa Selic, chegando a 13,62%a.a. capitalizando em 12 meses, quanto a Selic fixou-se a 12,50%a.a e assim depois desse período a tendência foi totalmente de queda, chegando, em 2012 o nível de 6,55%a.a. e 7,25%. Já em 2013 chegou ao menor nível sendo 5,91%a.a. e 7,25%a.a. respectivamente. Uma explicação para essa diferença pode ser explicado pela quantidade de dias uteis no mês de fevereiro 2013, e a continuidade da taxa Selic desde novembro 2012.

Figura 16: Tabela da taxa de CDI e taxa Selic Anual

Tabela CDI e Taxa Selic a.a.		
Data	CDI	SELIC
mar/11	11,62%	11,72%
abr/11	10,56%	11,83%
mai/11	12,55%	11,98%
jun/11	12,01%	12,17%
jul/11	12,28%	12,34%
ago/11	13,62%	12,50%
set/11	11,88%	12,00%
out/11	11,09%	11,81%
nov/11	10,82%	11,50%
dez/11	11,35%	11,00%
jan/12	11,22%	10,79%
fev/12	9,25%	10,50%
mar/12	10,16%	9,92%
abr/12	8,73%	9,46%
mai/12	9,12%	9,01%
jun/12	7,96%	8,50%
jul/12	8,47%	8,18%
ago/12	8,60%	7,97%
set/12	6,68%	7,50%
out/12	7,57%	7,33%
nov/12	6,68%	7,25%
dez/12	6,55%	7,25%
jan/13	7,31%	7,25%
fev/13	5,91%	7,25%

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, Banco Central do Brasil, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal, TRTs.

De acordo com a tabela acima confirma-se a movimentação de redução do CDI e da Taxa Selic a partir de agosto de 2011 onde chegou em seu maior patamar, 13,62% e 12,50% respectivamente. Portanto a redução do CDI no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 foi de 49,14% em contrapartida uma redução da Taxa Selic 38,14%.

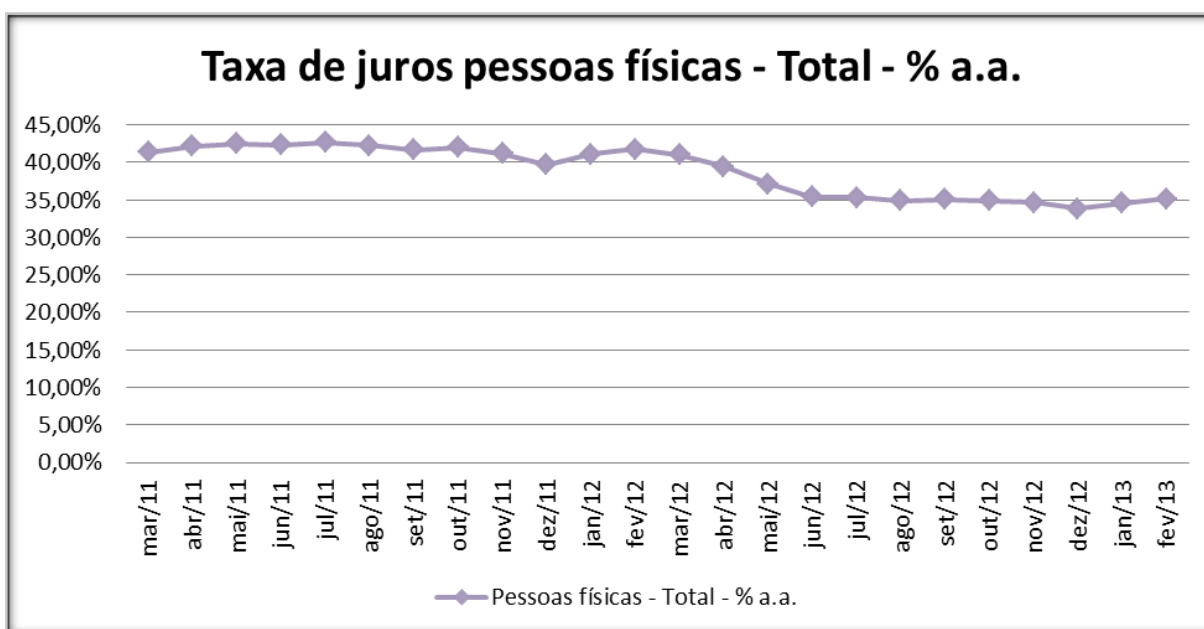
3.2 COMPORTAMENTO DA TAXA DE JUROS

O presente capítulo vem apresentar o comportamento das taxas de juros das operações de recursos livres e uma análise comparativa do seu comportamento juntamente com seus determinantes descritos nos capítulos anteriores.

3.2.1 PESSOA FÍSICA

As operações de recursos livres destacadas abaixo neste capítulo, são as operações que representam maiores percentuais na carteira de crédito do segmento pessoa física em fevereiro 2013 conforme gráfico da composição das operações de crédito pessoa física com recursos livres descrito no capítulo 1. Assim o estudo irá apresentar os dados do comportamento da taxa de juros praticados pelos bancos brasileiros.

Figura 17: Gráfico comportamento da taxa de juros pessoa física total - período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

Na taxa de juros total do segmento pessoa física verifica-se uma queda maior no ano de 2012, devido a tentativa do governo Dilma em reduzir os spreads

das operações de recursos livres utilizando os bancos públicos, conforme notícia divulgada 09/04/2012 no site valor mercado¹², assim como o spread total do segmento atingiu no ano de 2012 a taxa de 31,27%a.a. em dezembro do mesmo ano chegou ao patamar de 25,58%. a.a. uma redução de 18% aproximadamente. Assim essa redução dos spreads fez com que a taxa de juros total do segmento o acompanhasse, e no ano de 2012 chegasse a uma redução de aproximadamente 18,88%.

Figura 17: Tabela da Taxa de Juros Média Pessoa Física

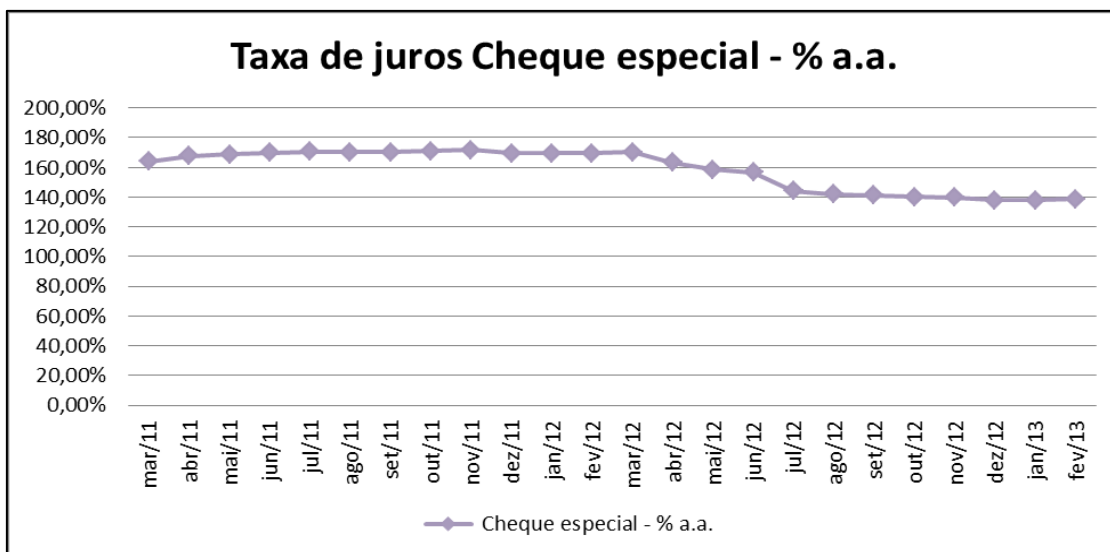
Taxa de juros média pessoa física - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	41,36%	42,15%	42,50%	42,36%	42,67%	42,28%	41,64%	42,02%	41,19%	39,68%	41,13%	41,73%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	41,06%	39,44%	37,11%	35,40%	35,35%	34,88%	35,08%	34,92%	34,68%	33,85%	34,59%	35,14%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

Em análise da tabela da taxa de juros média pessoa física apresenta no período de março de 2011 a fevereiro 2013 uma redução de 15,04%, porém atingiu seu menor patamar em agosto de 2012 sendo 34,88%a.a. seu maior nível foi em maio de 2011 atingindo 42,50%a.a.

Figura 18: Gráfico do comportamento da taxa de juros cheque especial – Pessoa Física - período de mar/2011 a fev/2013

12 “BB e Caixa assimilam o recado da presidente Dilma Roussef e reduzem o spread bancário sob pressão”, site <http://valormercado.com.br/brasil/2012/04/bb-e-caixa-assimilam-o-recado-da-presidente-dilma-roussef-e-reduzem-o-spread-bancario-sob-pressao/> acessado em 19/08/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

A modalidade de crédito que apresenta a maior taxa de juros é o cheque especial estando acima do patamar de 100%a.a. o que mostra uma discrepância muito grande quanto relação as outras modalidade de empréstimos e pode-se perceber então que essa modalidade de credito são as que os bancos obtém maior lucratividade, ou seja enquanto o spread médio do segmento encontra-se em um patamar de 20%. a.a. aproximadamente a taxa de juros do cheque especial é quase 7 vezes maior que o spread. Mesmo sendo alta no ano de 2012 assim como a taxa de juros total pessoal física essa modalidade de credito acompanhou a redução chegando em março 2012 ao seu maior nível 170,1%a.a. terminando o ano de 2012 138,04%a.a. representando uma queda de 18%, nesse período.

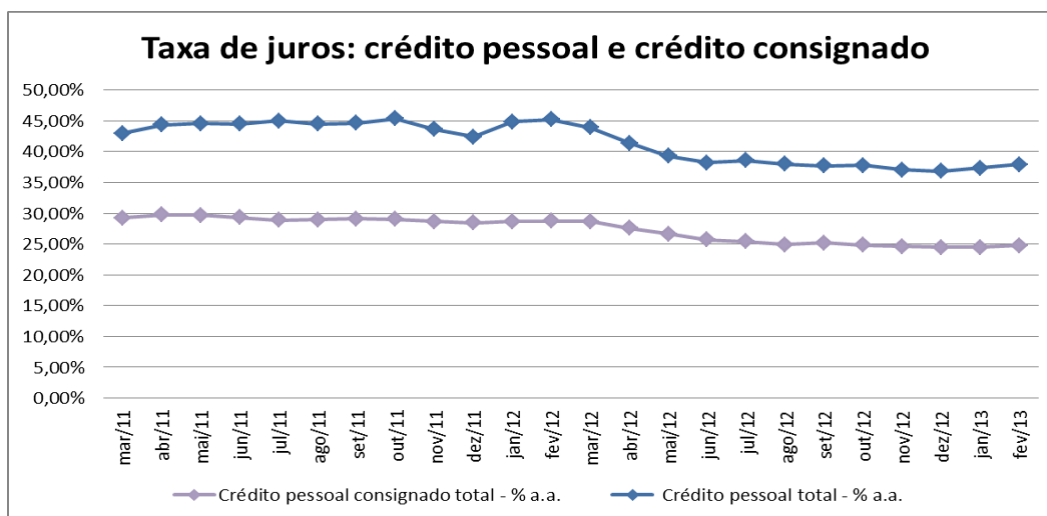
Figura 19: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Física – Cheque Especial

Taxa de Juros Pessoa Física - cheque especial - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	164,02%	167,57%	168,88%	169,74%	170,54%	170,29%	170,27%	170,81%	171,80%	169,60%	169,51%	169,57%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	170,10%	163,21%	158,38%	156,70%	144,24%	141,78%	141,31%	139,97%	139,67%	138,04%	137,98%	138,52%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

A tabela da taxa de juros do cheque especial pessoa física apresenta no período de março de 2011 a fevereiro 2013 uma redução de 15,55%, porém atingiu seu menor patamar em janeiro de 2013 sendo 137,98%a.a. seu maior nível foi em novembro de 2011 atingindo 171,80%a.a.

Figura 20: Gráfico do comportamento da taxa de juros crédito pessoal e crédito consignado – pessoa física – período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

O crédito pessoal tendo sua maior representatividade no saldo das operações em fevereiro 2013, conforme dados descritos nos capítulos anteriores mostra em seu comportamento uma redução acompanhando o declínio da taxa SELIC, juntamente com o spread médio das operações de pessoa física, chegando em seu menor nível em novembro 2012 a 36,85%a.a.

O crédito consignado por ser descontado em folha de pagamento apresenta uma taxa de juros de aproximadamente 10% menor que a taxa de juros do crédito pessoal, teve uma movimentação sem muita variação, chegando ao seu menor nível em dezembro 2012, assim apresentando dentro do ano 2012 uma redução apenas 14%.

Figura 21: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Física – Crédito Consignado

Taxa de Juros Pessoa Física - Crédito consignado total - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	29,21%	29,72%	29,71%	29,34%	28,91%	28,93%	29,09%	29,02%	28,64%	28,45%	28,65%	28,73%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	28,67%	27,55%	26,65%	25,71%	25,41%	24,94%	25,16%	24,80%	24,62%	24,46%	24,50%	24,74%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela da taxa de juros na modalidade de crédito consignado, pode-se observar uma redução de 15,30% no período de março de

2011 a fevereiro de 2013, porém atingiu seu o nível de 24,46%a.a. em dezembro de 2012.

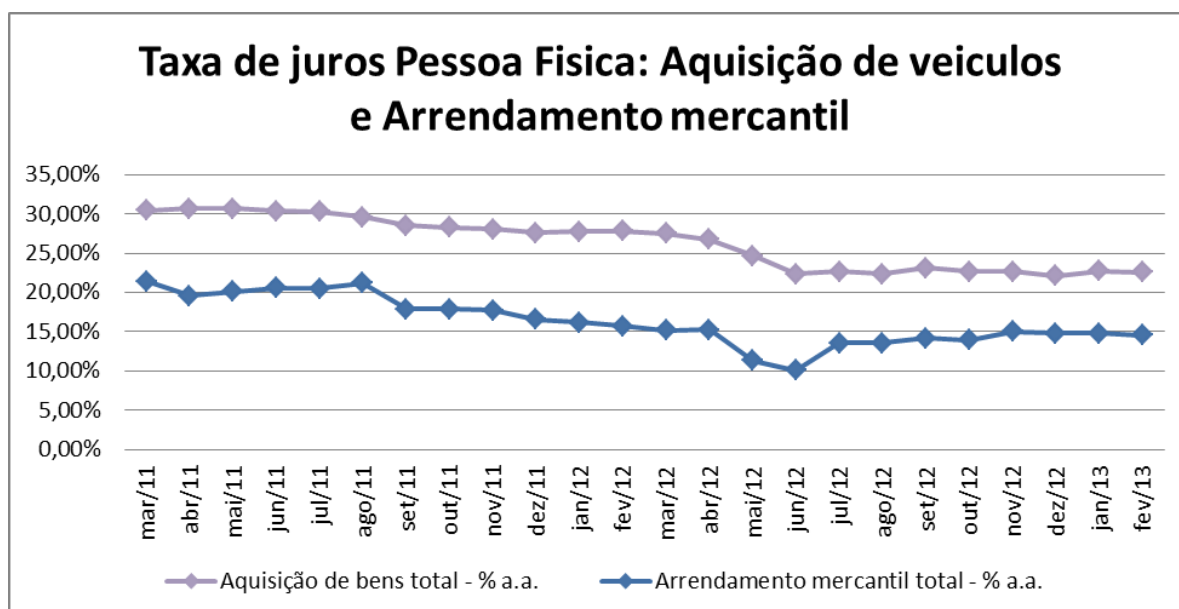
Figura 22: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Física – Crédito Pessoal

Taxa de Juros Pessoa Física - Crédito pessoal total - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	43,01%	44,34%	44,56%	44,52%	45,01%	44,52%	44,64%	45,34%	43,64%	42,37%	44,82%	45,24%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	43,90%	41,41%	39,30%	38,22%	38,59%	37,99%	37,71%	37,76%	37,07%	36,85%	37,32%	37,90%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela da taxa de juros na modalidade de crédito pessoal, pode-se observar uma redução de 11,88% no período de março de 2011 a fevereiro de 2013, porém atingiu seu o nível de 36,86%a.a. em novembro de 2012.

Figura 23: Gráfico do comportamento da taxa de juros da aquisição de bens total e arrendamento mercantil – pessoa física - período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

Conforme dados anteriores as operações de crédito para aquisição de veículos e outros bens representa em fevereiro 2013 cerca de 26% do total da carteira de crédito pessoa física onde uma tendência muito forte do segmento bancário nessa modalidade de empréstimo e assim o que apresentou uma queda

muito expressiva em abril a junho 2012, onde a taxa para aquisição de veículos reduziu 20% e arrendamento mercantil chegou acima de 5,73% de redução, porém chegou ao seu menor nível em junho de 2012 10,11%a.a. Pode se dizer que devido a competitividade dos bancos nessas modalidades de credito ser muito intensa, e a pressão do governo Dilma para a redução das taxas de juros provocou esse efeito nesse tipo de credito.

Figura 24: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Física – Aquisição de bens total

Taxa de Juros Pessoa Física - Aquisição de bens total - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	30,50%	30,73%	30,68%	30,37%	30,29%	29,62%	28,52%	28,31%	28,05%	27,64%	27,74%	27,83%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	27,56%	26,78%	24,69%	22,35%	22,66%	22,37%	23,14%	22,70%	22,66%	22,14%	22,73%	22,60%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela da taxa de juros na modalidade de aquisição de bens total, pode-se observar uma redução de 25,90% no período de março de 2011 a fevereiro de 2013, porém atingiu seu o nível de 36,86%a.a. em dezembro de 2012 sendo 22,14%a.a.

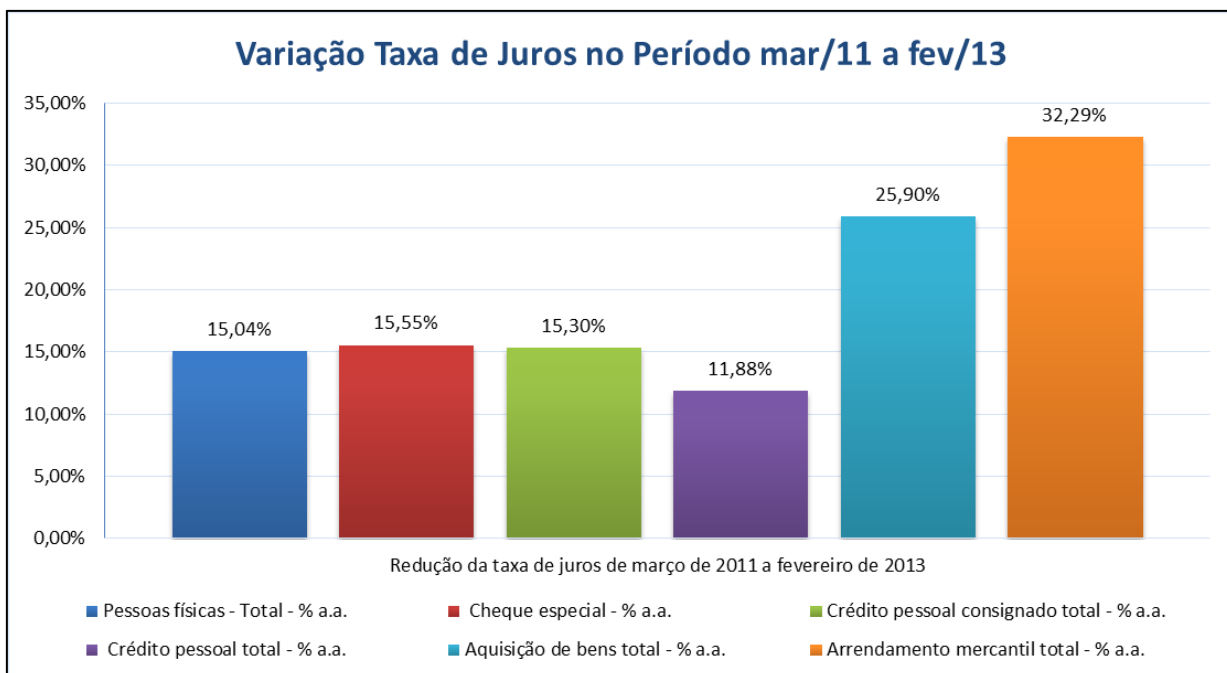
Figura 25: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Física – Arrendamento Mercantil total

Taxa de Juros Pessoa Física - Arrendamento mercantil total - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	21,46%	19,56%	20,16%	20,58%	20,51%	21,20%	17,89%	17,88%	17,69%	16,59%	16,15%	15,69%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	15,16%	15,22%	11,29%	10,11%	13,57%	13,59%	14,16%	13,97%	15,06%	14,79%	14,77%	14,53%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela da taxa de juros na modalidade de arrendamento mercantil total, pode-se observar uma redução de 32,29% no período de março de 2011 a fevereiro de 2013, porém atingiu seu o nível de 36,86%a.a. em junho de 2012 sendo 10,11%a.a.

Figura 26: Gráfico da variação da taxa de juros no período de mar/11 a fev/13- pessoa física



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

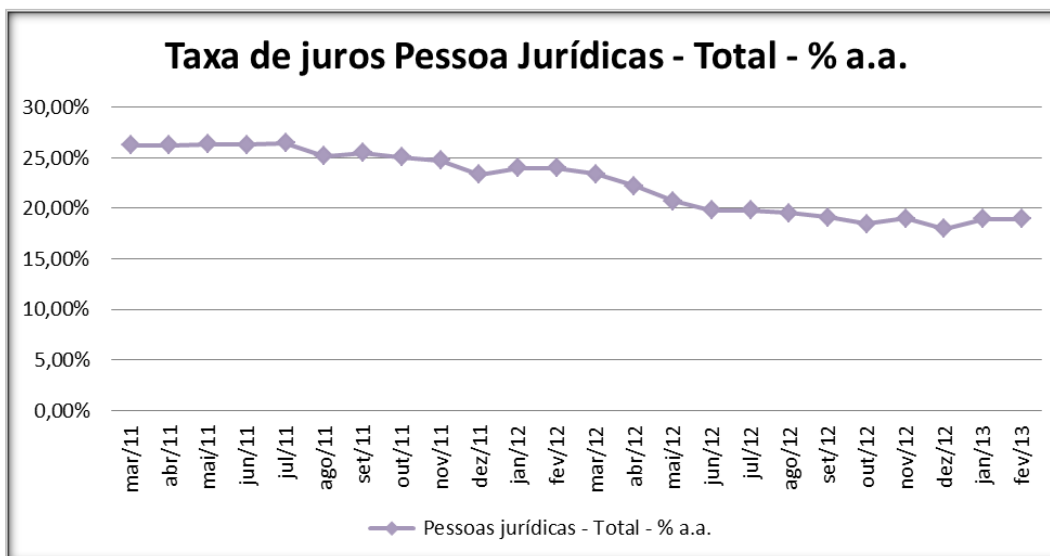
O gráfico acima mostra o comportamento da taxa de juros referente ao período de março 2011 a fevereiro 2013, assim conclui-se que a maior redução da taxa de juros ocorreu na modalidade de arrendamento mercantil e aquisição de bens total com 32,29% e 25,90% respectivamente, enquanto o crédito pessoal teve uma redução de apenas 11,88%.

Portanto pode-se observar que a tendência de redução das taxa de juros chegou ao fim, onde em janeiro 2013 as taxas começaram a subir, devido à elevação também dos spreads e por fim uma eventual probabilidade de um aumento na taxa Selic a ser realizado pelo BCB.

3.2.1 PESSOA JURÍDICA

Em destaque as modalidades de crédito do segmento pessoa jurídica pode verificar o comportamento das taxas de juros da linha capital de giro, cheque especial, desconto de duplicatas e cheques, aquisição de veículos e outros bens, juntamente com arrendamento mercantil, ou seja operações mais expressivas na carteira de crédito total, conforme relatado em capítulos anteriores.

Figura 27: Gráfico do comportamento da taxa de juros total – pessoa jurídica - período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

Na taxa de juros total do segmento pessoa jurídica assim como no segmento pessoa física verifica-se uma queda maior no ano de 2012, o spread total do segmento pessoa jurídica atingiu no ano de 2012 uma redução 28,43%. Assim essa redução dos spreads fez com que a taxa de juros total do segmento pessoa jurídica acompanhasse a movimentação de queda, e no ano de 2012 a taxa de juros média total do segmento reduziu-se 25,04% no ano de 2012.

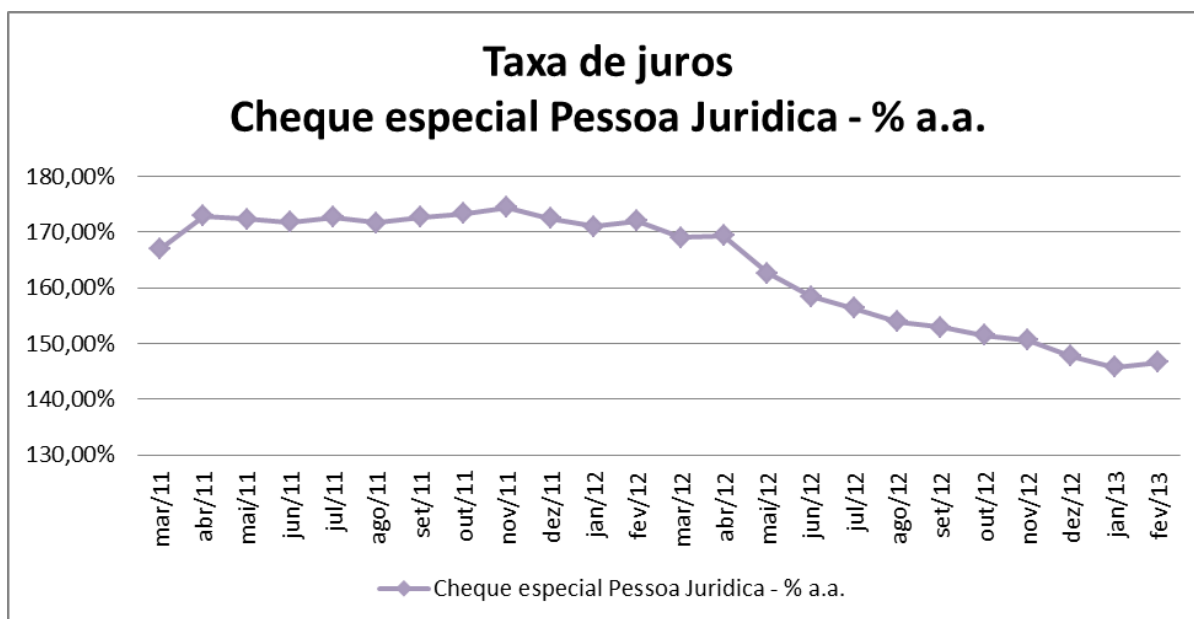
Figura 28: Tabela da Taxa de Juros Média Total Pessoa Jurídica

Taxa de Juros Média - Pessoas Jurídica - Total - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	26,25%	26,26%	26,34%	26,29%	26,46%	25,15%	25,48%	25,07%	24,75%	23,33%	23,96%	24,01%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	23,40%	22,21%	20,73%	19,81%	19,81%	19,53%	19,13%	18,44%	19,01%	17,96%	18,92%	18,95%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

Conforme apresentado na tabela da taxa de juros média pessoa jurídica conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 27,81%, atingindo o menor patamar em dezembro de 2012 de 17,96%a.a., porém em contrapartida em maio de 2011 a taxa de juros chegou a 26,34%a.a.

Figura 29: Gráfico do comportamento da taxa de juros cheque especial – pessoa jurídica - período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

A modalidade de crédito que apresentou a maior taxa de juros assim como na pessoa física é o cheque especial estando acima do patamar de 100%a.a. O comportamento da taxa de juros do cheque especial chegou ao seu maior nível no mês de fevereiro de 2012 com taxa de 172,02%a.a. terminando o ano de 2012 147,67%a.a. representando uma queda de 14%, nesse período.

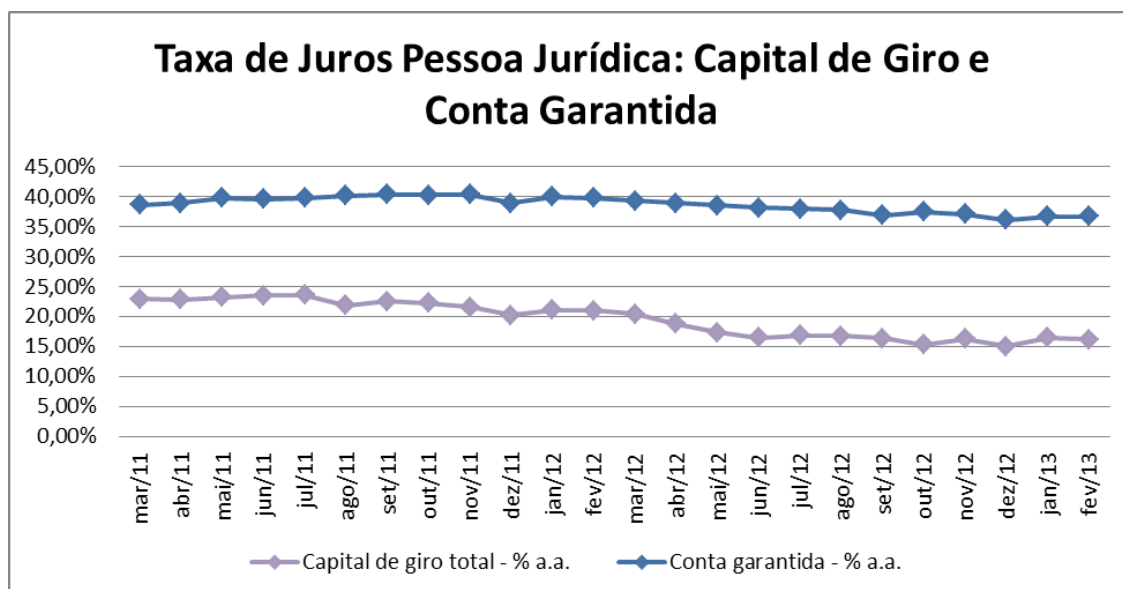
Figura 30: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Jurídica – Cheque Especial

Taxa de Juros Pessoa Jurídica - Cheque especial Pessoa Juridica - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	166,94%	172,84%	172,27%	171,81%	172,65%	171,63%	172,70%	173,26%	174,37%	172,39%	171,04%	172,02%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	169,01%	169,35%	162,56%	158,43%	156,31%	153,87%	152,93%	151,42%	150,53%	147,67%	145,72%	146,63%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela da taxa de juros pessoa jurídica na modalidade de cheque especial, conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 12,17%, atingindo o menor patamar em janeiro de 2013 de 145,72%a.a.

Figura 31: Gráfico do comportamento da taxa de juros de capital de giro – pessoa jurídica - período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

O capital de giro tem sua maior representatividade no saldo das operações em fevereiro 2013, chegando a mais de 50% do total da carteira de crédito, o comportamento da taxa de juros aplicados pelos bancos brasileiros acompanhou a redução dos spreads e da taxa Selic em 2012, atingindo no ano uma redução de 28% aproximadamente.

O crédito de conta garantida teve em seu período um comportamento mais linear sem muita alteração conforme ilustrado pelo gráfico acima, apresentando no ano de 2012 uma redução de 9,73%.

Figura 32: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Jurídica – Capital de Giro

Taxa de Juros Pessoa Jurídica - Capital de giro total - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	22,96%	22,85%	23,20%	23,50%	23,63%	21,85%	22,53%	22,22%	21,58%	20,21%	21,10%	21,01%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	20,40%	18,82%	17,30%	16,43%	16,84%	16,75%	16,33%	15,30%	16,31%	15,05%	16,47%	16,19%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela da taxa de juros pessoa jurídica na modalidade de capital de giro, conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 29,49%, atingindo o menor patamar em outubro de 2012 de 15,30%a.a.

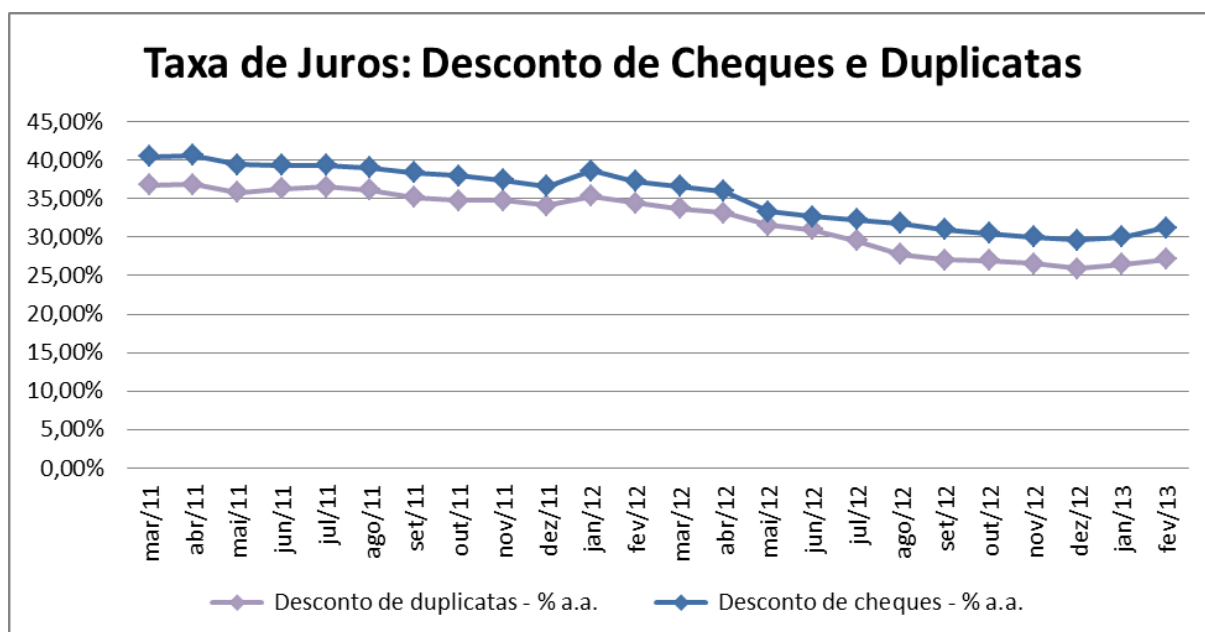
Figura 33: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Jurídica – Conta Garantida

Taxa de Juros Pessoa Jurídica - Conta garantida - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	38,62%	38,86%	39,74%	39,55%	39,79%	40,15%	40,33%	40,22%	40,30%	38,91%	39,94%	39,76%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	39,25%	38,89%	38,54%	38,11%	37,90%	37,72%	36,82%	37,47%	37,09%	36,05%	36,70%	36,66%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela da taxa de juros pessoa jurídica na modalidade de conta garantida, conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 5,08%, atingindo o menor patamar em dezembro de 2012 de 36,05%a.a.

Figura 34: Gráfico do comportamento da taxa de juros desconto de cheques e duplicatas – pessoa jurídica - período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor.

A modalidade de crédito desconto de duplicatas e cheques, pode-se dizer que são as operações de recursos livres assim como aquisição de bens as modalidades que mais fidelizam o cliente junto a instituição financeira, devido o mesmo concentrar os seus recebíveis junto a instituição financeira, e por isso uma variação mais significativa e intensa nesse tipo de crédito.

No período de 2012 o desconto de duplicata apresentou uma redução de 26% aproximadamente, já o desconto de cheque teve uma redução de 23%.

Figura 35: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Jurídica – Desconto de Cheques

Taxa de Juros Pessoa Jurídica - Desconto de cheques - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	40,48%	40,67%	39,42%	39,37%	39,33%	39,00%	38,38%	38,00%	37,43%	36,58%	38,61%	37,26%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	36,65%	35,96%	33,30%	32,64%	32,25%	31,80%	30,98%	30,49%	30,00%	29,60%	30,03%	31,26%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela da taxa de juros pessoa jurídica na modalidade de desconto de cheques, conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 22,78%, atingindo o menor patamar em dezembro de 2012 de 29,60%a.a.

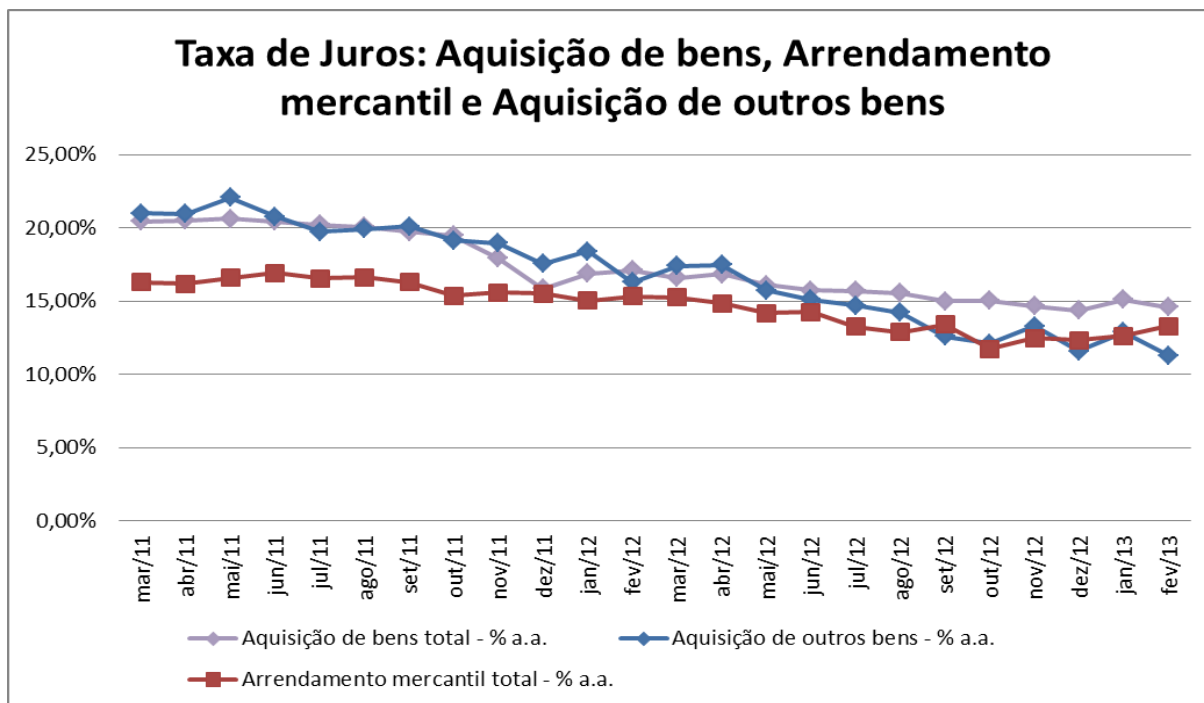
Figura 36: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Jurídica – Desconto de duplicatas

Taxa de Juros Pessoa Jurídica - Desconto de duplicatas - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	36,78%	36,83%	35,83%	36,32%	36,50%	36,12%	35,20%	34,76%	34,73%	34,12%	35,34%	34,47%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	33,75%	33,14%	31,53%	30,97%	29,55%	27,77%	27,08%	26,94%	26,60%	25,90%	26,51%	27,16%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela da taxa de juros pessoa jurídica na modalidade de desconto de duplicatas, conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 26,76%, atingindo o menor patamar em dezembro de 2012 de 25,90%a.a.

Figura 37: Gráfico do comportamento da taxa de juros aquisição de bens, arrendamento mercantil e aquisição de outros bens – pessoa jurídica. - período de mar/2011 a fev/2013



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

As modalidades ilustradas na figura 37 acima não possuem uma representatividade como o segmento pessoa jurídica, porém o comportamento dessas taxas mostra uma forte tendência de redução no período, e em destaque 2012 a modalidade de crédito arrendamento mercantil total teve uma redução em sua taxa de juro de 18% aproximadamente, a taxa de aquisição de bens total teve uma redução de 15%, e pôr fim a taxa de juros e, aquisição de outros bens apresentou uma redução 37%.

Figura 38: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Jurídica – Aquisição de bens total

Taxa de Juros Pessoa Jurídica - Aquisição de bens total - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	20,44%	20,53%	20,65%	20,46%	20,23%	20,10%	19,74%	19,51%	17,94%	15,85%	16,90%	17,12%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	16,61%	16,87%	16,13%	15,73%	15,71%	15,58%	15,00%	15,05%	14,66%	14,36%	15,12%	14,61%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela da taxa de juros pessoa jurídica na modalidade de aquisição de bens total, conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 28,52%, atingindo o menor patamar em dezembro de 2012 de 14,36%a.a.

Figura 39: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Jurídica – Arrendamento mercantil total

Taxa de Juros Pessoa Jurídica - Arrendamento mercantil total - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	16,32%	16,21%	16,59%	16,95%	16,58%	16,62%	16,30%	15,38%	15,60%	15,54%	15,04%	15,35%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	15,27%	14,86%	14,20%	14,27%	13,27%	12,91%	13,41%	11,75%	12,49%	12,33%	12,63%	13,29%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela da taxa de juros pessoa jurídica na modalidade de arrendamento mercantil total, conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 18,57%, atingindo o menor patamar em outubro de 2012 de 11,75%a.a.

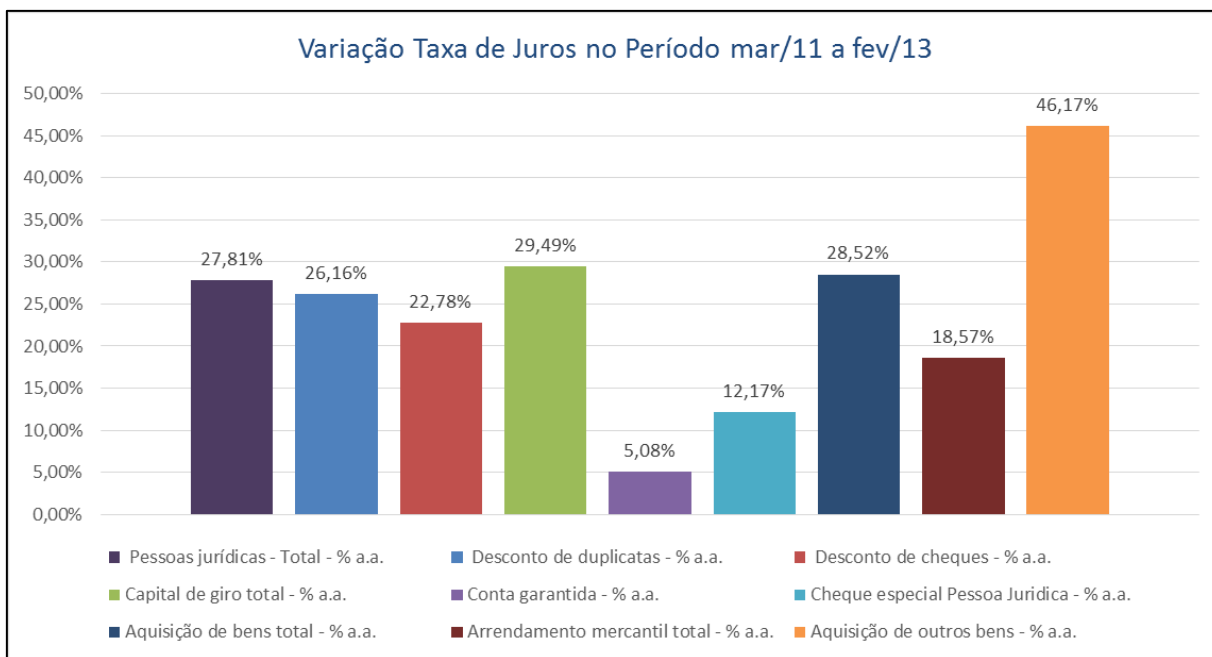
Figura 40: Tabela da Taxa de Juros Pessoa Jurídica – Aquisição de outros bens

Taxa de Juros Pessoa Jurídica - Aquisição de outros bens - % a.a.												
Mês	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	jan/12	fev/12
Taxa	21,01%	20,98%	22,08%	20,79%	19,76%	19,92%	20,14%	19,17%	18,98%	17,56%	18,40%	16,32%
Mês	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13
Taxa	17,40%	17,49%	15,74%	15,13%	14,70%	14,22%	12,60%	12,12%	13,31%	11,58%	12,89%	11,31%

Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela da taxa de juros pessoa jurídica na modalidade de aquisição de outros bens, conclui-se que no período de março de 2011 a fevereiro de 2013 reduziu 46,17%, atingindo o menor patamar em fevereiro de 2013 de 11,31%a.a.

Figura 41: Gráfico da variação da taxa de juros período de mar/11 a fev/13 – pessoa jurídica



Fonte: BCB, Elaborado pelo autor

Por fim a figura 41 mostra o percentual de redução da taxa de juros referente ao período de março 2011 a fevereiro 2013, assim conclui-se que a maior redução da taxa de juros ocorreu na modalidade aquisição de bens total com 28,52%, capital de giro com 29,49%, desconto de duplicatas 26,16%, acompanhando assim a redução da taxa total do segmento que atingiu 27,81% no período, enquanto a conta garantida teve uma redução de apenas 5,08%, bem como a taxa de cheque especial que apresentou uma redução de apenas 12,17%, por fim a taxa de juros que obteve a maior redução no período apresentado foi da modalidade de aquisição de outros bens, onde atingiu uma redução de 46,17%.

Porém como o comportamento de todas as taxas de juros pode-se observar que a tendência de redução das taxa de juros chegou ao fim, onde em janeiro 2013 as taxas começaram a subir, devido à elevação também dos spreads e por fim uma eventual probabilidade de um aumento na taxa Selic a ser realizado pelo BCB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de formação da taxa juros citadas no estudo representado pelas duas variáveis: custo de captação e spread bancário, pode-se concluir que a redução das taxas de juros praticadas pelos bancos brasileiros no período de março 2011 a fevereiro 2013 obtiveram redução devido a queda da taxa Selic promovida pelo BCB, juntamente com a exigência do governo Dilma para diminuição dos spreads bancários junto as instituições financeiras.

Porém como se verificou pelos dados apresentados, as taxas de juros começaram a subir no momento que houve uma manutenção na taxa Selic em dezembro 2012 e início 2013, o que provocou um possível aumento das taxas.

Outro fator que chamou a atenção é a diferenças das taxa de juros aplicadas pelos bancos brasileiros dentre os seus diferentes segmentos, pessoa física e jurídica, o que mostra uma redução das taxas muito maior no segmento pessoa jurídica.

O spread também é um diferencial para a formação da taxa de juros, pois o spread médio das operações de crédito com recursos livres apresentou uma redução de 14,85%, sendo na pessoa física 8% e na pessoa jurídica 23% de redução. Assim essa redução do spread fez com que a taxa de juros total do segmento pessoa jurídica tivesse uma redução de 29%, enquanto na pessoa física chegou apenas 15%.

O CDI no período de março 2011 a fevereiro 2013 teve uma redução de 49%, e a Taxa Selic teve 38% de redução.

Assim pode-se concluir que por mais que a taxa Selic, juntamente com o CDI diminua, a taxa de juros aplicados pelos bancos brasileiros não irá diminuir na mesma proporção devido às taxas de spread no Brasil continuar elevadas. E por fim o governo terá que agir de forma mais acentuada na queda do spread bancário agindo nos seus componentes como depósito compulsório e impostos, pois é muito difícil controlar a margem de lucro sobre as operações das instituições.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AFONSO, J. R.; KÖHLER, M. A.; FREITAS, P. S. de. **Evolução e Determinantes do Spread Bancário no Brasil**. Texto para Discussão 61, Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal. 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 322p.

BACEN, **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/> acesso em: 10 abr 2012.

BARONE, Felipe Pereira. **DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL (1999 – 2011)**. 2011. 55 f. Monografia (Bacharel) - Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2011.

CASTRO, Paulo Roberto de. **O SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL: uma análise comparativa**. 2008. 83 f. Participação Concurso - Sindicato Nacional Dos Funcionários do Banco Central, Belo Horizonte, 2008.

COSTA, A. C. A.; NAKANE, M. I. **Revisitando a Metodologia de Decomposição do Spread Bancário no Brasil**. 2004.

HAGUE, D.C; STONIER, A.W. **Elementos de economia**. São Paulo: Pioneira, 1966. 204 p. (Coleção Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

LIMA, Gilberto Tadeu et al. **Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 397 p.

NAKANO, Y. O regime monetário, a dívida pública e a alta de juros. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 59, nov. 2005.

OLIVEIRA, G. C. de; CARVALHO, C. E. O componente “custo de oportunidade” do spread bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 371-404, dez. 2007.

REGO, WERSON. 19 **Os Juros no Brasil**. Defensoria Pública – Estado do Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, José Evaristo Dos. **Mercado Financeiro Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 1999. 251 p.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1961.